



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XII

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 2023

Nº 072

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ADVOCACIA-GERAL	1367
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	1368
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	1371

TAQUIGRAFIA

REUNIÃO PARA TRATAR SOBRE AS DESOCUPAÇÕES EM ÁREAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA (RIO PARDO, BICO DO PARQUE E RESERVA EXTRATIVISTA DE JACI-PARANÁ)

EM: 20.04.2023

INÍCIO: 10h49min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO
SR. DELEGADO LUCAS

A SRA. HELEN ESTEVES REIS (Mestre de Cerimônias) – Bom Dia a todos. Agradecemos a presença de cada um de vocês, convidados para essa audiência. Vamos iniciar o nosso evento convidando para compor a Mesa de Autoridades o Excelentíssimo Senhor Deputado Alex Redano; o Excelentíssimo Senhor Deputado Pedro Fernandes; o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Lucas Torres.

Representando a Secretaria do Patrimônio da União, (SPU) o senhor João Batista Nogueira; representando a Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia (PGE/RO), o Excelentíssimo Senhor Mateus Carvalho Dantas.

Convidar ainda para compor a Mesa de Autoridades, que acaba de chegar, o Excelentíssimo Senhor Deputado Delegado Camargo; da Secretaria

do Patrimônio e Regularização Fundiária (SEPAT), o senhor Davi Machado de Alencar, Diretor Executivo; o Excelentíssimo Senhor Secretário-Adjunto da Secretaria de Agricultura (SEAGRI) Janderson Dalazen.

Representando o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), convidamos o senhor Antônio Heller dos Santos Filho; o Secretário-Adjunto da SEDAM (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental), o senhor Gilmar Oliveira de Souza; o senhor João Francisco dos Santos, Doca.

Convidamos ainda o Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Buritis, Ronaldi Rodrigues, o Roni Irmãozinho; o Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Alto Paraíso, João Pavan; o Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Nova Mamoré, Marcélio Brasileiro.

A pedido do Excelentíssimo Deputado Alex Redano, gostaríamos de justificar a ausência de algumas autoridades. Justificar a ausência da Deputada Lebrinha. Justificar a ausência ainda do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. A ausência da Procuradoria da República/Rondônia, de Guajará-Mirim; do Ministério Público que, no momento, estão cumprindo agendas e não poderão comparecer a esse evento.

Gostaríamos de agradecer ainda a presença do senhor Claudécir Alexandre Alves, Presidente da Câmara de Campo Novo de Rondônia; Vereador Renato Leitão, da Câmara Municipal de Buritis; o Vereador Edmilson Facundo, Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraíso; Vereador Ci da C-10, da Câmara Municipal do Município de Campo Novo; Vereador Enfermeiro Roneudo, da Câmara Municipal de Porto Velho, Rio Pardo; o senhor Edemir Brasil, Secretário de Regularização Fundiária de Porto Velho; senhor Eduardo de Oliveira, Coordenador de Agricultura Familiar da SEAGRI; senhor José de Arimateia, assessor da Presidência da EMATER; senhor Anderson Kuhl, Gerente Regional de Porto Velho, EMATER; a senhora Renata Rosa de Souza, Diretora Vice-Presidente da Emater.

A senhora Márcia do Nascimento Pereira, neste ato representando a Conciliação Regional do INCRA; o

MESA DIRETORA

Presidente: MARCELO CRUZ
1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA
2º Vice-Presidente: RIBEIRO DO SINPOL
1º Secretário: CIRONE DEIRÓ
2º Secretário: JEAN MENDONÇA
3º Secretário: NIM BARROSO
4º Secretário: ALEX REDANO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manweiler
Depto. Legislativo - Miranilde Rodrigues do Nascimento Robles
Div. de Publicações e Anais -

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO



senhor Hueriqui Charles Lopes Pereira, Secretário Executivo da SEDAM; a Senhora Eni Alves Rocha, representando todos os moradores de Ilha das Flores, em Alta Floresta; senhor Adilson Barbosa Teixeira, de Rio Pardo; senhor Geraldo Ferreira, membro da APARAR — Associação dos Pequenos Produtores Rurais — União Bandeirantes; senhor João Marcelo da Silva, Presidente da APARAR — Associação dos Pequenos Produtores Rurais, assentamento Renascer, Linha 102; Doutor Renan Maldonado, advogado dos moradores do Bico do Parque, de Jacinópolis; Juniel Ferreira de Souza, advogado; senhor Claudio Vaz, Chefe de gabinete da Deputada Federal Cristiane Lopes; senhor Adair Irber, Presidente da Associação dos Produtores Rurais Minas Novas. Sejam todos bem-vindos.

Neste momento, com a palavra o Excelentíssimo Senhor Deputado Alex Redano, presidindo esta reunião.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Bom dia a todos. Estava conversando aqui com nosso jurídico, Doutor Doca, já 11 horas da manhã, e essa reunião, para nós sermos muito objetivos e pragmáticos. Eu ia até, vou passar a palavra para os nossos deputados, os prefeitos também, a parte política. E eu quero fazer uma sugestão, se todos acatarem, nós já partirmos, vamos às falas políticas, rápidas, e nós partirmos realmente para as perguntas e as autoridades aqui para poderem ser questionadas. E o objetivo, senhores, é encontrar soluções; é construir pontes.

Nós sabemos da realidade de cada região. Estive presencialmente em todas elas. Fizemos Audiências Públicas. Rio Pardo — estou olhando meu vereador aqui —, Rio Pardo é uma cidade. Agências bancárias, supermercados. É, realmente, uma cidade. Jacinópolis, toda região do Bico do Parque, toda movimentação. Minas Novas, que é Reserva Extrativista Jaci-Paraná. Quantas milhares de cabeças de gado, quanta riqueza. A maioria dessas áreas totalmente antropizada, ou são plantações ou são pastagens. E algo que não tem como voltar. É impensável, na minha concepção, voltar. O que precisa fazer, senhores, é regularização.

A partir do momento que você regulariza as terras, evita conflitos agrários, você aquece a economia do Estado. A partir do momento que o produtor rural tem um título na mão, a primeira coisa a se fazer é buscar um financiamento a longo prazo, juros baratos; e quando o homem do campo aumenta sua renda, isso reflete em toda sociedade. Esse dinheiro circula para todos.

Eu quero aqui parabenizar meus colegas deputados. Eu estou aqui tomando a frente, presidindo, mas nem era para eu estar aqui. Era para estar o Deputado Delegado Lucas, o Deputado Pedro Fernandes, o Deputado Delegado Camargo. Dois deputados que, antes de tomarem posse, abordaram esse assunto. Quando eu conversei com o Deputado Delegado Lucas, a primeira conversa que nós tivemos, o Deputado Delegado Lucas: "Deputado Alex Redano, conte com meu apoio, voto para o senhor na sua chapa, só que eu

tenho algumas lutas que eu preciso de apoio", que são justamente essas reservas, dessa questão de hoje: Jaci-Paraná, Rio Pardo e Minas Novas.

E Deputado Delegado Lucas, minha gratidão pela sua postura, pela pessoa que você é, você tem um futuro brilhante na política. É um deputado realmente muito atuante e conte com o nosso apoio.

O Deputado Pedro Fernandes, ele vive na pele - prefeito por Cujubim, dois mandatos. Cujubim, em volta, gente, para quem não conhece, é pura reserva. Tem um monte de reserva com nome de passarinho, papagaio, periquito e a Reserva Extrativista Soldado da Borracha - que estamos discutindo em uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito). Onde pessoas que estão há 20, 30 anos, com título definitivo - quando a pessoa tem o título definitivo, tem a posse, tem escritura pública e realmente, da noite para o dia, foram criadas essas reservas.

Eu falo da noite para o dia porque eu era deputado na época, e nós fizemos uma Emenda, eu fiz uma Emenda à Constituição proibindo a criação de reserva por Decreto, em uma terça-feira à noite. Antes de promulgar a nossa lei, na quarta-feira de manhã, amanheceram as 11 reservas.

Então, quando eu falo da noite para o dia, então, nós estamos nessa CPI, meu grande amigo Barrela, se realmente obedeceram aos critérios técnicos para a criação das reservas: ouviram a população, fizeram audiências, cumpriram todas as etapas? Bem como, na CPI, nós estamos investigando através de denúncias anônimas que chegaram aqui, a vários deputados, a questão de uma empresa chamada Permiam Global que, segundo denúncias - não estamos aqui acusando, afirmando - que essas reservas foram criadas com esse intuito, onde essa empresa tem uma concessão de 30 anos para explorar o crédito de carbono.

O valor investido do Estado - Doutor Doca está passando alguns levantamentos -, é mais ou menos R\$ 5 milhões, não é Doca? E ao todo, vai desembolsar uns R\$ 50 milhões, e o payback - que é o retorno financeiro - está estimado em R\$ 7 bilhões, não são milhões, R\$ 7 bilhões. O meu questionamento - nada contra à empresa, tem que ter lucro - é qual o benefício que o Estado de Rondônia vai ter com isso? Se as empresas europeias, os grandes bancos, fundos europeus, asiáticos, americanos querem pagar pelo crédito de carbono para manter a floresta em pé, por que não pagar aos próprios produtores rondonienses que têm reserva e são obrigados a manter?

Então, eu vou trazer esse assunto à baila, e são muitas empresas mundo afora que têm interesse na Amazônia, mas já que querem que preserve a nossa Amazônia - e eles têm dinheiro, que paguem, mas que paguem para a população do Estado de Rondônia manter a sua floresta em pé.

Estava aqui falando do Deputado Pedro, deputado atuante, grande deputado. Parabéns, Deputado Pedro, por defender essas pessoas. Sou suspeito em falar porque é meu colega de partido, nós somos do Partido

Republicanos. O Deputado Delegado Rodrigo Camargo, extremamente estudioso, extremamente dedicado, vem fazendo um grande mandato, tenho certeza que tem um futuro muito promissor. Obrigado por estar junto conosco nessa causa.

E também, quero aqui cumprimentar o nosso companheiro, componente da CPI, ele que desde o primeiro momento, levantou a bandeira da defesa de vocês, que é o Deputado Cirone Deiró. Obrigado Cirone, pela amizade, companheirismo.

Quero agradecer aqui os vereadores, estou vendo aqui os três vereadores de Alto Paraíso: Vereador Zé Ceará; Vereador Cezinha. Em nome da Érica Casarin, cumprimentar a população de Alto Paraíso. Aqui, o Vereador Renato Leitão. Renato manda uma mensagem uma semana, outra também, cobrando essa situação. Obrigado pela presença. Vereador Ci da C-10, Presidente da Câmara, vereador muito atuante também.

Quero cumprimentar aqui os nossos prefeitos: Roni Irmãozinho, está ali Roni Irmãozinho, obrigado. Meu Prefeito João Pavan, nosso muito obrigado pela presença. Nós temos aqui o senhor João Batista Nogueira, representando a Secretaria de Patrimônio da União – SPU, muito importante sua presença. Nós temos aqui, o Excelentíssimo senhor Matheus Carvalho, que é o Procurador do Estado representando a PGE. Matheus é expert nessa área ambiental. Matheus, nós pedimos a sua colaboração, pensar em uma saída, pensar em um mecanismo que possa dar uma segurança jurídica a toda essa população.

Não tinha visto, cadê meu grande amigo Davi, Secretário da Sepat? Não está aqui, não? Está on-line? Ah, o Diretor Executivo. Obrigado, obrigado. Obrigado. Senhor Davi Machado. São dois “Davi” na Sepat? Me perdoe. Mas a Sepat está de parabéns. Muito atuante, está muito próximo. Aqui o Senhor Janderson Dalazen — Secretário-Adjunto da Seagri — obrigado pela presença.

Senhor Antônio Heller dos Santos Filho — grande parceiro, sempre presente nas audiências — representando aqui o Incra, o nosso “muito obrigado”. Senhor Gilmar Oliveira, Secretário-Adjunto da Sedam, nosso “muito obrigado” pela presença. Doutor João Francisco — que é o Doutor Doca —, que é um dos grandes responsáveis por essa luta. Ele que, na verdade, idealizou a CPI, idealizou a defesa junto com os demais.

Nosso prefeito de Nova Mamoré, Marcélio Brasileiro, cadê o Marcélio? Quero aqui também agradecer os advogados: Doutor Renan Maldonado, os demais advogados, Doutor Juniel, de Buritis, Doutor Miquéias — que é um dos advogados que defende também a causa — não está presente, está em Guajará-Mirim. Registrar aqui a presença do meu companheiro de partido, Vereador Enfermeiro Roneudo. Obrigado pela presença.

E eu gostaria dessa gentileza, se todo mundo da Mesa for falar, a gente vai estender muito. E para nós sermos bem objetivos, quem quiser se pronunciar, só acenar. Cadê o pessoal do Cerimonial? Então, está com o microfone na mão para nós iniciarmos. Mas, antes, eu

vou passar a fala política aos deputados, aos prefeitos. E eu peço a compreensão das demais autoridades para nós já pularmos essa etapa, já iniciarmos as perguntas e os trabalhos em si.

Nesse momento eu passo a palavra ao grande deputado, grande defensor dessa causa, Deputado Delegado Lucas.

O SR. DELEGADO LUCAS - Daqui mesmo, para ser mais rápido. Então, bom dia a todos aqui presentes. Obrigado a todos por terem vindo. Eu quero parabenizar o nosso grande líder, nosso eterno presidente dessa Casa, Deputado Alex Redano, por estar hoje aqui encabeçando essa reunião que visa discutir, debater um pouco mais, tirar algumas dúvidas também, a respeito de três áreas específicas.

Nós sabemos que Rondônia tem muitas áreas em uma questão de necessidade e de avançar no que tange à regularização fundiária, mas essa reunião vem tratar sobre a área conhecida como Bico do Parque — que diz respeito à Reserva Parque Estadual Guajará-Mirim —, também a RESEX (Reserva Extrativista) Jaci-Paraná — ali conhecido também como “Minas Novas” — e a nossa APA (Área de Proteção Ambiental) e FES (Floresta Estadual) de Rio Pardo, a região do nosso distrito de Rio Pardo.

Em comum, essas três áreas nós podemos dizer o que elas têm é que são todas ali próximas, circunvizinhas ao meu município de origem, que é Buritis. Então, são áreas que eu conheço muito bem e eu quero dizer, Deputado Alex, que é um debate que é importantíssimo para o Estado de Rondônia. Não só para essas famílias aqui, mas para toda a nossa economia e para todo o nosso futuro desenvolvimento.

Eu quero registrar aqui a presença dos meus colegas deputados, Deputado Pedro, Deputado Camargo e Deputado Cirone; cumprimentar também os deputados que não puderam estar presentes, mas que são parceiros dessa causa, foram mencionados já pelo Deputado Alex. Cumprimentar os prefeitos presentes, em nome do Prefeito de Buritis Roni Irmãozinho, cumprimentar o Prefeito João Pavan e o Prefeito Marcélio.

Cumprimentar todos os secretários que estão à Mesa. Cumprimentar também o nosso colega, Doutor Matheus da PGE, que está hoje aqui nos acompanhando. Cumprimentar a todos os Presidentes de Associação presentes. Cumprimentar os vereadores: Vereador Renato Leitão de Buritis; Vereador Ci da C-10 de Campo Novo; Vereador Enfermeiro Roneudo, representante da Câmara de Porto Velho; mais o vereador de Rio Pardo.

E, em nome de todos os presidentes de Associações, cumprimentar meus amigos de Buritis, de Rio Pardo, o Barrela, em especial aqui o Ivan — representando a população de Buritis —, junto com o Teixeira, Alexandre Lopes, Zedequias, Miltinho, Odilon, todos vocês que vieram aqui e que conhecem a luta dessa população que está lá, Teixeira, na Resex Jaci-Paraná, querendo ser reconhecido como produtor, querendo ser reconhecido pelo seu trabalho em prol do

Estado de Rondônia.

Rondônia está muito atrasado, gente. Essa é a verdade. Rondônia é um Estado que está se destacando no cenário nacional tem avançado. E nós sabemos que esse avanço, esse reconhecimento, esses índices que nós temos obtido de desemprego baixo, de desigualdade social, esses índices que Rondônia tem são, em grande medida, a mola propulsora disso é o nosso agro, é o nosso produtor, é a nossa cadeia produtiva.

Rondônia foi colonizada em uma política que incentivava a ocupação das nossas áreas. O Incra, que está aqui hoje representado nesta Mesa, convocou as populações do Brasil inteiro para que viessem para Rondônia conquistar o seu sonho de produzir na terra. E assim foi feito. E em um momento em que não houve uma transição e sequer sem se regularizar aqueles que já estavam aqui chegando, mudou essa política ambiental, mudou essa política de ocupação.

E nós temos um grande número de produtores que estão em propriedades rurais que foram... Não apenas essas 11 reservas foram criadas da noite para o dia. Muitas das reservas de Rondônia foram criadas havendo propriedades dentro dessas áreas com título definitivo, com associações rurais já criadas, e as reservas vieram depois.

Então, há uma grande insegurança jurídica e há um grande descontrole de onde começam as nossas reservas, de onde terminam as nossas reservas? Qual é a natureza jurídica delas, se elas são do Estado, se elas são da União? De que forma isso foi entregue da União para o Estado? Se já está regularizado... Enfim, para exemplificar, eu posso mencionar aqui o Bico do Parque, porque, desde que eu assumi como delegado de polícia em Buritis, era muito claro que o Parque Estadual de Guajará-Mirim havia uma classificação jurídica como unidade de conservação e que havia uma delimitação específica para aquela área. E agora quando me deparei, já como parlamentar, com uma farta documentação que questiona tudo que nós entendemos como Parque Estadual de Guajará-Mirim.

Então, de fato, houve uma transferência da propriedade da União para o Estado, e o Bico do Parque já não era, já não estava contemplado dentro desse croqui, dessa planta inicial. Mas, na verdade, o Bico do Parque era uma área de amortecimento. Então, o Estado tem que entender e explicar para o produtor onde estão situadas, localizadas as suas áreas, fazer a delimitação delas e achar uma solução para essas famílias que foram prejudicadas por essa má gestão ao longo dos anos, de décadas, dos anos 80, 90, 2000 e 2010, e agora já estamos em 2023, e nós não vemos um avanço no que diz respeito à nossa regularização fundiária.

Há um desejo muito grande do Estado de retirar essa parcela dessa população que foi prejudicada por uma situação a qual não deram causa, pela omissão do Estado, pela incompetência do Estado de se gerir, em se organizar em se administrar. Essa população foi com o intuito de trabalhar. Em grande parte, são pequenos produtores, médios produtores. Vivem uma vida sofrida

e são diariamente tratados como criminosos. Estão aí, agora, se deparando com propriedades sendo dilapidadas, destruídas de forma arbitrária. E agora estamos vendo o gado sendo embargado e abatido, enfim.

Então, nós precisamos entender que o Estado de Rondônia, para preservar, e nós sabemos a necessidade, a importância da preservação do meio ambiente. Nós sabemos. Deve ser um valor que deve ser medido e colocado na equação. Mas, a preservação do meio ambiente acontecerá, Deputado Alex, como você bem falou, com a regularização fundiária, porque o produtor quando tiver o seu CPF no documento da sua terra, ele não vai permitir que alguém desmate, que alguém derrube, que alguém faça alguma coisa clandestina naquela propriedade. E hoje, todas as posses são precárias. E é por isso que a gente não consegue ter uma medida eficaz, dentre outros fatores.

Então, para ser breve, para otimizar, eu acho que hoje aqui nós vamos ter um papel muito grande com o nosso "segundo" Davi, da Sepat. A Sepat, recentemente no Rio Pardo, fez um estudo muito bem feito. Parabéns a Sepat, a Sedam também está aqui representada, participou. E parabéns sobretudo a população de Rio Pardo que soube da importância da realização desse estudo. Abriu as suas portas, recebeu os servidores do Estado, que fizeram o levantamento das propriedades, uma por uma, e têm um levantamento muito bem feito do perfil socioeconômico do produtor. O que você quiser saber sobre as propriedades rurais na região do Rio Pardo, a Sepat hoje tem na ponta do lápis um estudo recente — parabéns à Sepat —, que é muito importante para que a gente diagnostique que aquela população que está ali precisa ser amparada pelo Estado, e não marginalizada por ele. Inclusive a conclusão desse relatório da Sepat foi nesse sentido, de que deve ser feito algum trabalho para regularizar aquelas famílias que estão lá.

E da mesma forma, na Resex Jaci-Paraná, nós precisamos avançar nesse sentido. A associação fez um estudo por conta própria. E nós temos em Minas Novas, na Resex Jaci-Paraná, como um todo, no mínimo ali, aproximadamente — foi um estudo feito pela associação, não foi um órgão oficial do Estado, mas já é um indicativo —, e nós temos lá — eu disse na tribuna desta Casa já — mais de 3.500 pessoas — não famílias, e sim pessoas — na Resex Jaci-Paraná, ali onde compreende Minas Novas, pega três municípios.

São 3.500 pessoas que podem não parecer muito. Em Rondônia, seria o 49º município em tamanho e população. É uma cidade inteira. Para termos uma comparação, Rio Crespo tem 3.800 pessoas. A Resex Jaci-Paraná, se fosse concebida como um município, teria prefeitura, teria vereadores, teria secretários. Seria maior do que Pimenteiras do Oeste, seria maior do que Primavera de Rondônia, Cabixi talvez, é uma cidade desse patamar.

Você não pode chegar a uma cidade hoje, que já está consolidada e falar: "Saíam todos das suas

casas. Eu vou passar um rolo compressor em cima de tudo; vou destruir casa por casa e vocês vão para onde vocês quiserem. Se virem, sejam vítimas do seu próprio relento. Vão marginalizar as periferias de uma cidade. Vão invadir a Amazônia onde está preservado mesmo. Porque lá está tudo antropizado, na Resex Jaci-Paraná.”

Então, nós precisamos achar soluções pensando no social. Para exemplificar, eu estou falando aqui da Resex Jaci-Paraná, que tem escola, tem Igreja Católica, tem Igreja Evangélica. E essas pessoas vão para onde se nós tirarmos elas de lá? Temos que ter a preocupação com o meio ambiente e temos que ter a preocupação com o ser humano.

Não se destrói uma cidade da noite para o dia. Rio Pardo também é um distrito — tudo bem —, mas ele tem a proporção de uma cidade. Tem escola do Estado, tem escola do município, passa ônibus, tem duas cooperativas de crédito, Idaron, Sefin, PM. Como a gente vai fazer com essa população que está ali e tem essa perspectiva? Foi para lá realizar o seu sonho, que Rondônia é esse novo horizonte do sonho do Brasil, de quem tinha vocação para a terra. E nós estamos colhendo os frutos do trabalho, do suor, do sangue dessas famílias, mas não os estamos valorizando e reconhecendo como tanto.

Nós precisamos avançar. Rondônia está atrasada. Nós temos um potencial de crescimento enorme, preservando o meio ambiente. A maior parte dessas famílias, eu não vou dizer todas, mas eu acredito que todas, para ter o seu documento, para ter o título tão sonhado está disposta a fazer qualquer conciliação que o Estado proponha, que o Judiciário proponha, que o Ministério Público proponha, desde reflorestar parte da área, de fazer alguma compensação.

Só o que eles querem é ter dignidade para continuar produzindo, trabalhando, gerando renda para as famílias, para os seus filhos, para os futuros produtores e para levar Rondônia para um lugar de desenvolvimento muito melhor ainda. Temos que tirar o freio de mão de Rondônia que está puxado. E o nome desse freio de mão é falta de regularização fundiária. Vamos dar documentos para esse povo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns Deputado Delegado Lucas.

Passo a palavra agora, ao Excelentíssimo Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Bom dia, Presidente Excelentíssimo Senhor Deputado Alex Redano, proponente desta reunião. Em seu nome cumprimentar as autoridades presentes, secretários. Cumprimentar todos os produtores rurais que estão aqui presentes, em nome do Miltoninho, do Manuel Cuiabano, que me liga também um dia e o outro também, demais amigos que estão aqui presentes. E dizer, Presidente, da nossa alegria de participar aqui com o senhor para reforçar o trabalho desta Casa.

Quero aqui cumprimentar o Deputado Delegado

Lucas, delegado de polícia, hoje deputado estadual, que veio de próximo das áreas que estão sendo discutidas aqui nesta manhã. O Deputado Delegado Lucas chegou aqui nesta Casa pedindo o apoio dos colegas também para que possamos, juntos, achar uma solução a esse imbróglio. Quero aqui Deputado Delegado Lucas, desejar sucesso no seu mandato, um rapaz aguerrido, que veio determinado a fazer a diferença dentro do Estado de Rondônia.

Da mesma forma, Deputado Pedro Fernandes, que é do Município de Cujubim, ladeados também por várias reservas. Sofreu na pele como prefeito a angústia das pessoas que moram ali, dos produtores que moram ali. Então, Deputado Pedro, desejar aqui também para você que Deus te abençoe no seu mandato.

Nosso colega Deputado Delegado Camargo, ali de Ariquemes. Ele já viveu um todo, tanto para o lado de Cujubim quanto para o lado de Buritis, sabe das dificuldades de vocês e está aqui também junto abraçado na causa para que possamos avançar nesse tema.

Mas, Presidente, eu quero parabenizar o trabalho do senhor. Eu sei da luta desde o início do meu mandato, do trabalho que o senhor tem feito em relação a resolver essa situação dessas reservas aqui no nosso Estado.

Eu tenho dito nesta Casa, produtores, amigos, que o Estado de Rondônia, através da nossa Secretaria de Desenvolvimento, nós precisamos ser protagonistas das ações no Estado de Rondônia. O Estado de Rondônia tem as suas particularidades. É um Estado com vocação agrícola, é um Estado produtor que tem quase 17 milhões de cabeça de gado, um dos maiores produtores de café do país, produção de soja em alta e nós não podemos ser comparados a outros Estados da Região Norte.

Nós somos um Estado, como disse, que tem as suas particularidades, diferente do Estado do Amazonas, que tem uma zona franca dentro de Manaus, que o país inteiro ajuda a sustentar o Estado do Amazonas. Bioma, biodiversidade muito diferente, áreas alagadas que não tem como fazer uma produção. E o Estado de Rondônia não é isso. O Estado de Rondônia é um Estado produtor, um Estado que na década de 1970, 1980 foi incentivado pelo governo federal para instalar as famílias aqui para que esse Estado pudesse ser aberto.

E nós vemos aqui quantas pessoas deixaram o seu suor, deixaram seu sangue nestas terras, derrubando mato, abrindo carreadores, fazendo com que esse Estado se desenvolvesse. E vemos pessoas sentadas atrás de uma mesa, dando o direito de ir lá e fazer uma reserva na propriedade de várias pessoas que deixaram o seu suor, pais de famílias, dentro da terra. Então, esta Casa, como representante do povo, Deputado Alex Redano, não pode pactuar com essas atitudes que foram feitas aqui dentro do Estado de Rondônia.

Mas nós temos que ver toda a legalidade, toda lei que rege, tanto a lei federal, quanto a estadual. E proponho ao senhor, que esta Casa já fez votações e, por duas vezes, já foi considerado, não é, foi dado entrada com ADIn (Ação Direta de Inconstitucionalidade) e foi considerado inconstitucional.

Então, a minha sugestão, Presidente, é que nós sentemos com os órgãos de controle, com o Ministério Público, Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Governo de Rondônia, para que, nessas áreas em que foram feitas reservas, em que havia pessoas morando dentro, possamos devolver essas áreas a essas famílias. E o Estado de Rondônia tem várias áreas que não foram ocupadas, que podem ser transformadas em reservas. Para isso, nós temos que ter coragem, determinação, união; fazer isso com várias mãos. E, quando esse projeto chegar aqui, com estudos técnicos, estudos feitos pelos engenheiros, por biólogos, pelas pessoas capacitadas, que esta Casa também não coloque aqui um monte de Emendas que atrapalham o processo que será feito aqui nesta votação dentro da Assembleia Legislativa.

Nós precisamos dar dignidade a essas pessoas que vieram para o Estado de Rondônia e desbravaram o Estado. Nós não podemos permitir que essas pessoas não consigam dormir à noite, sem saber se, no outro dia, a polícia ou o órgão ambiental vai estar dentro das suas propriedades.

Então, nós precisamos tomar isso, essas dores, aqui para dentro desta Casa, porque, aqui, todo dia, nesta tribuna, as pessoas falam: "Aqui é a caixa de ressonância do Estado de Rondônia". E as pessoas estão sofrendo lá. Não dormem à noite, não têm o psicológico legal, não podem dizer para seus filhos: "Olha, essa propriedade é sua", porque, hoje ou amanhã, teremos uma operação dentro de uma área dessas.

E quando isso acontecer, de a gente, realmente, fazer esse estudo dentro do Estado de Rondônia, transformar as áreas que forem determinadas para que sejam reservas, que o Estado também tenha condições de cuidar, tenha condições de fazer bons contratos de carbono, e, aí sim, manter essas áreas nos seus limites, — sem que as pessoas entrem e tomem posse daquilo que não é seu por direito.

Então, nós não podemos deixar que famílias que vieram para cá, incentivadas a abrir esse Estado, desbravar o Estado, sejam hoje importunadas com operações ou por vontade de algumas pessoas que não querem que o Estado de Rondônia se desenvolva.

Para isso, Presidente, o Governo do Estado tem que tomar para si o protagonismo. Demonstrar, fazer um gesto junto ao Governo Federal de que aqui é um Estado produtor. Aqui é um Estado que tem famílias e as áreas que já estão abertas, as áreas que já estão antropizadas, que deixem essas pessoas trabalharem. E aquelas em que há possibilidade de fazer reserva, que nós façamos a reserva e que nós mantenhamos a reserva, que nós a mantenhamos intacta para, também, ter a sustentabilidade e a condição de manter o meio ambiente servindo a nossa população.

Então, Presidente, nós não podemos só fazer reunião. Marcar reunião para marcar outra reunião e essas pessoas não saberem qual será o desfecho final.

Então, eu solicito ao senhor, que, com esta reunião, com essa CPI que está sendo aberta aí, sobre as 11 reservas, que possamos sentar junto aos órgãos de

controle, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Tribunal de Justiça, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - Sedam, Seagri, Sepat; todos os envolvidos. Achamos uma solução e a gente ter a verdade no coração dessas pessoas que tanto pelem para terem os seus direitos garantidos, naquilo que conquistaram a 30, 40, 50 anos atrás.

Meu muito obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado. Parabéns pelas palavras, nobre Deputado Cirone Deiró. Com a palavra, o Deputado Estadual Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Bom dia, Presidente. Na sua pessoa, cumprimento todas as autoridades aqui presentes.

Senhores, eu os convido a fazer uma reflexão. É importantíssima a pauta que nós iremos tratar nesta CPI, mas é preciso que todos nós tenhamos perfeita clareza daquilo que nos trouxe até aqui, até este momento. É preciso ter coragem para dizer o que eu vou pronunciar a partir de agora.

O que nos trouxe até aqui foi um desgoverno do Confúcio Moura, atual senador. Que bom, que ele não me representa. Não votei nele e nunca votarei. Confúcio Moura, enquanto governador é um dos piores de que já ouvi falar. Não concluiu o Hospital Regional de Ariquemes, deixou escombros; destruiu a saúde do Estado. Não construiu o teatro da minha região de Ariquemes — isso é apenas um ponto —, esse é apenas um ponto, destruindo a cultura. Não valorizou a segurança pública. E olha os índices de criminalidade que hoje nós herdamos. Destruiu também a segurança do nosso Estado. E para terminar acabou destruindo o agronegócio do pequeno, do médio e do grande produtor rural com a criação dessas reservas.

Confúcio Moura, não sei se você está me assistindo, mas o ex-governador Confúcio Moura sempre falou na defesa dos produtores rurais, dos proprietários, mas ao fechar o governo dele, ele fez o que a esquerda sabe melhor fazer. Traiu todo mundo. Mentiroso e traidor. Mentiroso e traidor. Estava com o Lula lá agora na China. Amiguinho, CPX, base do governo de esquerda que quer destruir por completo a nossa nação.

Mas, como um bom mentiroso, ele fez reunião com as associações em todo o Estado falando das reservas já antropizadas, dizendo que defenderia quem estava nas terras, afinal de conta foram pessoas chamadas nas décadas de 1970 e 1980. Essa era a conversa. Mas enquanto governador que poderia ajudar esse povo, que poderia ajudar vocês, fez tudo ao contrário. Tudo ao contrário. Prejudicando famílias inteiras que estão há mais de 20 anos vivendo na terra e, segundo ele, para dar destinação. Mentiroso. Traidor.

Estamos aqui para resolver um problema de um Decreto criminoso que você, Confúcio Moura, criou. Agora a batata quente está aqui. Como vamos resolver? E a minha preocupação, como delegado de polícia, são os efeitos jurídicos da eventual legislação que podem vir.

Porque competência para a CPI eu sei que os colegas têm. Quem é do ramo jurídico aqui, eu peço licença para quem não for, existe um princípio chamado princípio da proibição de retrocesso na proteção ambiental. Uma vez que você estabeleceu uma área como proteção ambiental, você não pode regredir. Isso é um princípio já consolidado pela Suprema Corte deste país. Olha o dano que você causou. Essas pessoas estão aqui. Sabe o que você merece? Uma salva de vaias. É isso que você merece.

Eu não faço parte, como membro da CPI, senhores, mas do que depender de mim como deputado estadual, como homem de trincheira e combativo que eu sei que sou, ah, vocês podem contar comigo. Não retrocedam. Não se acovardem. A nossa nação corre um sério perigo por esses partidos de esquerda. E pior ainda, os travestidos, aquele que você olha e ele é verdinho por fora, mas por dentro ele é totalmente vermelhinho. É o melancia. Senhores, o desafio está posto. Vamos corrigir um grande erro do passado do desgoverno do Confúcio Moura. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Passo a palavra agora, neste momento, ao nobre Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES - Vou falar aqui da Mesa mesmo. Deputado Alex Redano, quero aqui agradecer a todos os presentes. Não vou nominar. Em nome do Deputado Alex Redano, que está presidindo esta sessão aqui, reunião, eu cumprimento todos os prefeitos que estão aí, que eu sei que é o Marcélio, João Pavan, o Roni. Estavam os prefeitos juntos. O Deputado Delegado Lucas; Deputado Delegado Camargo, que falou agora; e o Deputado Cirone Deiró.

Referente à CPI, o Deputado Alex Redano é o Presidente da CPI, eu sou relator, e a proposição é a gente trabalhar firme nessa CPI para desvendar, realmente, os ocorridos e trazer à luz todas as questões que foram deliberadas sobre essa CPI. Porque teve embates aqui nesta Casa. Esta Casa fez o papel dela. Quero aqui cumprimentar todos os deputados que por aqui passaram naquela época.

Eu, como prefeito, lá na região de Cujubim, tivemos a criação da Estação Ecológica Soldado da Borracha, que é uma área, como o Deputado Alex Redano falou aqui, toda documentada e resolvida. Era para estar, é uma situação, assim, as pessoas chegaram ali naquelas propriedades com documento, titulação, escritura pública no nome delas e do dia para a noite, se transformou em uma área de reserva.

O que a gente detectou nessas décadas passadas é que teve a omissão do Estado quando se criaram reservas para cumprir alguns acordos internacionais, para vir recurso para o Estado de Rondônia. E esses recursos foram usados e as reservas, realmente, não foram cuidadas porque elas foram... algumas reservas e já estavam criadas lá nas décadas de 1990, não é?

E o que nós precisamos hoje, Deputado Alex,

paralelo a essa CPI - que nós estamos cuidando aí das 11 reservas -, como tem a questão aqui, muitas pessoas lá da região do Deputado Lucas - e eu já falei para o Deputado Lucas -, eu estou relator dessa CPI e ele é membro, junto com o Deputado Cirone, e então, convidei ele para fazer parte comigo dessa relatoria, buscando as informações para a gente poder avançar bastante.

Como também tem a questão de reservas que não estão contempladas nessa CPI das 11 reservas, nós precisamos também viabilizar junto à Sedam, orçamento para o estudo porque sem o estudo, com o embasamento técnico preciso, nem o governo e nem nós aqui vamos poder tomar as decisões que precisam ser tomadas. Porque tudo vai dinheiro e se não colocar dinheiro lá na Sedam, orçamento - Deputado Lucas -, para que sejam feitos os estudos precisos dessas áreas que têm - as demarcações foram feitas -, só que fica aquela dúvida: era para passar aqui a reserva, agora está passando aqui, invadindo propriedades das pessoas, onde tem determinação judicial que estão cortando cerca, tirando gado? E o produtor está lá sem saber de nada, ele é surpreendido do dia para a noite, com essas decisões, que no decorrer do tempo, a injustiça social que foi trazida à tona.

A questão ambiental é tratada só... são dois pesos e duas medidas, muitas vezes. A tendência dos órgãos de controle, das decisões judiciais, a gente vê que ela é muito dura para um lado e não vê que o povo, as pessoas também vivem no ambiente. O meio ambiente é o quê? Tem as florestas, tem; mas, tem as pessoas. E as pessoas são importantes nesse contexto. Pessoas entraram em algumas áreas que, na época, não eram reservas e hoje, de repente do dia para a noite - como foi a questão da desafetação daquela área lá na região de Buritis -, o pessoal estava tranquilo, de repente, tudo volta, é um retrocesso que nós não tentamos entender.

E se o Estado de Rondônia não tomar algumas providências nessas questões, encarar de frente esse tema - que nós temos que encarar de frente, Deputado Alex -, porque daqui a pouco, vem o rastreamento do boi; vem a perseguição de quem está produzindo, como é que nós vamos fazer? Se a maioria da reposição, hoje, dos confinamentos no Estado de Rondônia, da reposição de bezerro, vem de áreas onde é o pequeno produtor que está. E essas áreas, a maioria, muitas áreas dessas estão nessa situação de um litígio. Quando esse bezerro chegar a ponto de abate, o prejuízo vai estar grande, e todo mundo vai começar a perder, porque a arrecadação vai cair, vai afetar os órgãos. Como é que o Estado funciona se não é do setor produtivo que vêm os impostos?

Então, nós precisamos estar atentos porque isso aqui, se nós não tomarmos providências, se o Estado de Rondônia não se debruçar nesses estudos para chamar os órgãos de controle; chamar o Judiciário; chamar todos os entes interessados no Estado de Rondônia, para falar de uma coisa precisa... Porque falar: "Ah, acho que é ali que passa a reserva; eu acho que aqui." É um monte de conversas, que muitas vezes, sem um estudo, sem

colocar um orçamento para a gente fazer esse estudo, Deputado Alex, a gente não vai ter essa precisão da demarcação dessas áreas.

A demarcação tem que ser feita in loco, porque via satélite dá diferença, esses pontos de GPS (Sistema de Posicionamento Global) se você tirar ele, se não for in loco confirmar, conferir, ele dá diferença. A demarcação do Incra prova isso. O "Terra Legal" foram in loco, de marco em marco de cada propriedade, para bater o sistema, senão não consegue e para isso, demanda recurso.

Então, nós já fizemos encaminhamento da CPI, ela já está posta – Deputado Alex, nosso Presidente -, e já foram feitos alguns encaminhamentos. E nós pedimos a participação popular porque é importante. Devemos fazer as Audiências Públicas in loco, nos locais onde vocês moram. A região de Buritis e Cujubim é uma das maiores áreas afetadas; também Guarajá-Mirim, aquela região de Nova Mamoré, onde está o Prefeito Marcélio aqui, também é uma área. Deputada Dr^a Taíssa também é daquela região, está muito preocupada também em a gente atuar.

E eu quero dizer aqui que a Assembleia Legislativa vai fazer o seu trabalho, está do lado de vocês, do lado de quem produz. Fui prefeito ali em Cujubim e eu vi o sofrimento daquelas pessoas que, do dia para a noite... Bate o desespero e agora vem esses embargos, onde no Sul do Amazonas e no Acre há o abate de bois, tomando das pessoas uma propriedade que elas ganharam licitamente, trabalhando honestamente.

Então, o que vai acontecer? Vai empurrar o povo para a bandidagem? Para ter que apelar com as próprias mãos? E nós vamos ficar inertes aqui, sem fazer nada pela nossa população?

O meu mandato vai ser pautado, estou Presidente da Comissão de Meio Ambiente, vai ser pautado. É uma Comissão muito difícil, é uma área que ninguém quer falar dela. E eu tenho esse encorajamento, essa determinação como filho de Rondônia. Cheguei com oito anos de idade em Ariquemes, me considero filho de Rondônia. E ali vivemos, meus irmãos todos são pequenos produtores rurais, eu também sou dessa área. Então, a gente conhece a realidade do homem do campo. E o desespero, que muitas vezes bate de frente com as pessoas que estão lá sem saber a quem recorrer.

Então, essa é a minha propositura, Deputado Alex. Estamos juntos para a defesa do povo de Rondônia, da população. O Sedam está aqui representado. Eu sei que o Procurador também segue os critérios legais da legislação, mas nós precisamos achar uma saída para resolver essa questão do Estado de Rondônia antes que piore a situação, não é mesmo Deputado Alex?

É isso. Muito obrigado pela participação.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputado Pedro. Deputada Dr^a Taíssa me ligou aqui, mas a gente não consegue entrar ao vivo. Mas, deixou um abraço para todos, falou que está junto nessa causa e conte com o apoio também da Deputada Dr^a Taíssa,

de Guajará-Mirim.

Nós já vamos iniciar agora... Perdão, nós temos inscritos, os nossos prefeitos para uso da fala. Quero mais uma vez agradecer os nossos prefeitos atuantes, preocupados com a população.

Com a palavra, grande prefeito de Buritis Ronaldo Rodrigues. Prefeito Roni Irmãozinho, prefeito de Buritis, com a palavra.

O SR. RONALDI RODRIGUES DE OLIVEIRA (Roni Irmãozinho) – Obrigado, Presidente Deputado Alex Redano, ao qual eu tenho grande admiração. Ao longo dos meus seis anos de mandato tem sido um parceiro do nosso município. Deputado Delegado Lucas, muito obrigado por esse trabalho importante aqui, início de mandato na Assembleia Legislativa, defendendo a nossa Resex Jaci-Paraná, a nossa região de Minas Novas, Buritis. Está de parabéns. Nós temos um deputado da nossa região, a qual a Assembleia vem trabalhando aí.

Os deputados anteriores trabalharam essa questão, Deputado Camargo, e nós não fomos vitoriosos, mas continua nessa toada e o Deputado Lucas abraçou essa causa, essa bandeira. Isso é de grande orgulho para a população de Buritis, em especial de Minas Novas, toda a região. Aqui o Deputado Pedro, meu colega de estrada, sofredor, ex-prefeito de Cujubim, e hoje aqui na Assembleia representando ao Município de Cujubim, aos prefeitos de Rondônia. Deputado Camargo, uma honra estar aqui com o senhor.

E os demais da Mesa, Deputado Cirone Deiró, um grande deputado, tem nos ajudado muito no Município de Buritis. Vereador Renato Leitão, nosso vereador e vice-presidente da Câmara de Buritis, e em seu nome, todos os vereadores presentes. Aqui nosso Presidente **(ininteligível)** de todos os presidentes de associações dessas nossas regiões do Estado de Rondônia.

Aqui o nosso vereador do Rio Pardo, que está aqui com nós, parabéns Teixeira, ex-policial, Zedequias, Odilon, Alexandre Lopes, Doutor Juniel e os demais irmãos, amigos; estão aqui a Sedam, o Incra.

Nós, como prefeito de Buritis, temos passado momentos difíceis naquela região por ser cobrado pela população. Resultado de atendimento de pessoas daquelas regiões que produzem o alimento, que precisam do Poder Público, e nós não temos condição, Teixeira, de dar uma atenção especial, dar uma saúde melhor, dar uma educação melhor, uma estrada melhor.

Nós conseguimos recurso do Governo do Estado — quero agradecer o Governador Marcos Rocha, que tanto tem investido no Município de Buritis —, mas nós não podemos fazer projeto naquelas regiões. Nem de escola, Miltoninho, nem de posto de saúde.

E o prefeito recebe diariamente reclamações. Está aqui o Prefeito Marcélio, o João Pavan, meus prefeitos vizinhos, o Prefeito Alexandre de Campo Novo não está aqui, mas é um grande prefeito, que tem passado as mesmas situações. Nós somos cobrados da população, mas nós não temos condições de dar suporte a essa população. E eu quero aqui deixar um abraço da

nossa população de Buritis à Assembleia Legislativa, e sempre pedir o apoio.

E eu tenho, assim, fé em Deus, Deputado Lucas, que dessa vez vai dar tudo certo, meu irmão. Nós passamos momentos aqui com a população aqui em Audiências Públicas e mães de famílias, pais, crianças passando aqui em volta, em cima de uma PEC que foi aprovada, teve sucesso na Assembleia, o Governo do Estado sancionou, mas não tinha um levantamento da Sedam — quero aqui agradecer à Sedam. E dizer ao Governo do Estado, à Sedam e ao Inkra que, no que depender da parte do município uma parceria para enviar nossos técnicos nas regiões para ajudar a fazer o levantamento com veículo, nós estamos à disposição.

E eu tenho fé em Deus, Vereador Renato, de que nós vamos ser vitoriosos, que quem trabalha tem que ser valorizado; quem produz tem que ser reconhecido, tem como trabalhar a vida do ser humano junto com o meio ambiente, ninguém prejudicar um ao outro. Eu sou um defensor do meio ambiente, mas também da população, que gera emprego, renda, receita, que muitos estão ali dentro, deputados, e têm essa dificuldade, Deputado Lucas, à noite, até de dormir, preocupado em perder tudo que têm.

Muitas pessoas estão ali produzindo há mais de 25 anos, e quando chegaram àquela região não tinha nenhuma placa sinalizando que era reserva. E não teve, antes de se criarem as reservas dessas regiões, não teve um levantamento, que eu acho que tinha que se respeitar o homem trabalhador, as famílias que estavam ali dentro.

Quero agradecer pela oportunidade. Que Deus abençoe a cada um de vocês! Vamos estar junto nessa caminhada. O que depender da parte da prefeitura municipal, estarei de mão estendida. Eu tenho certeza que o Legislativo do município também está mão estendida. Meu abraço a todos vocês.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, prefeito.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Presidente. Só uma questão, por gentileza.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Um aparte concedido ao Deputado Delegado Rodrigo Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Eu gostaria apenas de prestar um esclarecimento, ratificar uma colocação que eu fiz ali na tribuna, porque a esquerda é especialista em fazer recortes e criar fake news. Então, vou deixar algo muito claro aqui porque agora, pensando, tenho certeza que eles vão tentar fazer um recorte da minha fala e distorcer aquilo que eu disse.

Eu falei para os senhores agora há pouco sobre o princípio da proibição de retrocesso na questão ambiental. E eu fiz questão de dizer isso para demonstrar para os senhores que a conduta do Senador Confúcio Moura foi dolosa, com intenção em prejudicá-los. Porque ele sabe

da dificuldade que nós teremos para, agora, desfazer essa lambança. Eu quero deixar isso muito claro. Ele buscou gatilhos jurídicos para impedir a correção do que nós vamos buscar fazer aqui. Mas, eu tenho certeza que Deus nos dará sabedoria e inteligência para usar em prol do povo e das pessoas que produzem no nosso Estado. Vamos em frente.

Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputado Delegado Rodrigo Camargo.

Convido para uso da fala o meu grande amigo, o nosso prefeito de Alto Paraíso. Alto Paraíso, este fim de semana, que recebe depois de muito tempo a sua tradicional Corrida de Jericos. Fico feliz em poder contribuir, prefeito — primeira Emenda minha liberada este ano, apoiando a Corrida dos Jericos. Convido o Prefeito João Pavan. Fica à vontade.

O SR. JOÃO PAVAN - Bom dia a todos. Cumprimentando aqui o Presidente Alex, cumprimentar a toda a Mesa. Bom dia a toda a população que se faz presente aqui neste momento. É um momento muito importante para nós. O Município de Alto Paraíso não é afetado direta e territorialmente pela reserva, mas eu falo aqui em nome do Barrela, que representa o distrito de Rio Pardo.

Se você visitar o distrito de Rio Pardo e vir a estrutura que tem lá hoje, e nós estarmos discutindo um assunto de ele voltar a ser reserva, eu creio que é um crime maior do que dizer que um crime ambiental é você desmatar uma área de mata, porque o Barrela é um criador de gado que hoje alimenta uma multidão com uma quantidade de gado que ele cria, transformando aquela reserva, o que você vai fazer, Barrela? Vindo na prefeitura, colocar currículo, pedindo emprego? Principalmente quem tem uma idade mais avançada vai saber que antigamente, quando você queria descartar um animal que não te servia mais, você colocava dentro de um saco e jogava na beira da estrada.

Parece que é isso que vão fazer com aquela população do distrito do Rio Pardo. Onde vão colocar tanta gente que tem naquele lugar ali, gente, que produz alimento hoje para alimentar o Brasil? Nós vivemos em um momento em que a alimentação está carente nas mesas do nosso povo. Nós não podemos pensar somente nas reservas, gente. Nós temos que lutar enquanto tiver vidas, porque são vidas humanas que estão afetadas.

São pessoas que mandam mensagem para a gente, embora não pertença, como eu disse, ao território de Alto Paraíso, mas eles compram em Alto Paraíso, eles vendem em Alto Paraíso, eles usam as estradas de Alto Paraíso, e a gente procura, dentro da legalidade, dentro da estrutura do município, dar uma assistência para eles, pertencendo ao Município de Porto Velho, porque são vidas humanas que estão aí.

E quando a gente tem condições financeiras e uma legalidade, a gente não olha muito a área territorial, a gente olha pessoas, vidas humanas que estão ali

sofrendo e não sabe se amanhã ou depois têm onde morar. Não é isso, Barrela?

Então, em nome dessas pessoas, a Assembleia Legislativa, vamos dar os braços, unir forças com os prefeitos, com as autoridades jurídicas e vamos lutar enquanto nós temos força para que esse povo não seja abandonado. Que Deus abençoe. Que as vidas humanas sejam mais valorizadas do que simplesmente árvores, que são importantes para nós, mas não tão importantes quanto elas.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Convidar aqui para uso da fala, ele que é meu amigo, meu parceiro, estou sempre incomodando em Jacinópolis, Nova Dimensão, convidar todos para a grande festa, em nome do Vereador Marquinho Perereca (Marquinho da 28), dia 1º de maio, uma festa lá, serão 12 bois, em Nova Dimensão. Todos convidados.

E tenho o prazer de chamar meu amigo, nosso Prefeito Marcélio Brasileiro, prefeito de Nova Mamoré.

O SR. MARCÉLIO RODRIGUES UCHOA (Marcélio Brasileiro) – Bom dia a todos. Parabenizar o Deputado Alex pela iniciativa dessa reunião para tratar das áreas de conflitos que existem no Estado de Rondônia. Cumprimentar a Mesa, os deputados estaduais, autoridades postas, de plantão representando as instituições envolvidas no conflito fundiário.

Gostaria de falar um pouquinho de Nova Mamoré.

Nova Mamoré é o quarto maior município deste Estado em extensão territorial. Somos mais de 10 mil km² naquele município, sendo que 51% dessa área são áreas de preservação, tanto com terra indígena quanto com unidade de conservação nas tipologias preservação permanente e uso sustentável. Significa que só a área protegida equivale ao Distrito Federal, que são 5 mil km². E mesmo assim, com toda essa quantidade de área preservada, o Município de Nova Mamoré, consegue ser a maior bacia leiteira do Estado, o segundo maior rebanho bovino deste Estado e o segundo maior rebanho suíno também deste Estado.

Agora, a gente tem um conflito lá, que é dentro do Parque Estadual do Guajará-Mirim, que só tem o nome de Guajará-Mirim, mas na verdade, ele está 95% dentro de Nova Mamoré. E esse parque tem 2 mil km². Qual é o conflito que existe lá? Na medida que o Estado de Rondônia, já que é um parque estadual, cria essa unidade de conservação permanente, faz o seu plano de manejo identificando a sua riqueza biológica, tanto vegetal quanto animal, cria, mas não cuida.

E essa inércia do Estado, das instituições de plantão, como a Sedam e outros órgãos, para definir as suas devidas regularizações, como SPU, Incra, que até então não foram capazes de sentar na mesa e ter o entendimento e aprimorar as contradições daquela unidade de conservação, chega o momento de ele não ser cuidado, ser ocupado e agora ter uma sentença para ser executada e tirar todos os animais, as pessoas que

estão lá. E essa inércia coloca em dificuldade 32 mil habitantes que moram lá.

Essa falta de compromisso com a ordem pública, com a passividade daquela população, aí essa sentença, a qualquer momento vai ser organizada para tirar essas pessoas dessa unidade de conservação. Prefeitos, vereadores são convocados, a Secretaria de Assistência Social também, para dar abrigo para essas pessoas que vão sair de lá, para dar comida, para dar remédio, fruto de uma ação envolvendo o próprio Estado, que é o autor junto com o Ministério Público, da ação e coloca todo mundo em situação difícil. Ou seja, deixou a água derramar para tomar as devidas providências.

Eu espero que o Estado não deixe mais isso se repetir. Se criam unidade de conservação, ok, eu não quero entrar no mérito dessa discussão; mas, criem com responsabilidade. Criem com a capacidade de fazer vigilância e cuidar dessa unidade. Não deixar acontecer o que a gente está vivendo. E essa é a oportunidade que eu venho aqui, desabafar, a dificuldade de um prefeito que tem que lidar com conflito permanente — e, vou repetir —, em função da inércia do Estado. Isto é muito ruim para todos: deixar isso acontecer, deixar a água derramar.

Por isso, mais uma vez eu venho aqui. Primeiro, agradecer a Assembleia Legislativa do Estado, que sempre atendeu com prontidão todas as nossas reclamações, sempre deliberou em prol do entendimento com Projetos de Leis, escutando as pessoas envolvidas, promovendo reunião como essa; mas não adianta isso, se não tiver o entendimento — vou repetir — das instituições de plantão.

Essa unidade de conservação, com 2 mil km², ainda se discute se dentro dessa unidade de conservação tem ainda Certidão de Inteiro Teor (CIT), da União, que, naturalmente, a SPU tem que se pronunciar sobre essa gleba, a Gleba Buriti, que está aqui; que dentro dessa gleba já é uma unidade de conservação do próprio Estado de Rondônia, mas se puxar uma Certidão de Inteiro Teor dentro dessa gleba, pertence à União. Então, por isso, por que não sentarem à mesa essas instituições? Vou repetir: Incra, SPU, Sedam; e resolverem esse imbróglio, essas incongruências administrativas que colocam todo mundo em dificuldade.

No mais, só agradecer pela oportunidade, pelo desabafo, porque existe uma sentença dada que foi suspensa, agora essa suspensão foi derrubada — e, naturalmente, vai acontecer a sua execução — e isso coloca o poder constituído local em extrema dificuldade. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns, prefeito. Nós vamos agora adentrar ao tema. Podem ser feitas perguntas direcionadas. Pode perguntar, quem se dispuser.

Aqui, presente, a Eni Alves, representando a Ilha das Flores. Fez um discurso ontem que fez todo mundo chorar. Ela está em uma situação, também, bem complicada. Hoje não se está discutindo a Ilha das

Flores, mas quando se discute qualquer uma das áreas o tema é muito parecido.

Vereador Zé Ceará, grande vereador, meu companheiro, meu representante.

Vereador, senhor Tiãozinho, cadê o Tiãozinho? Obrigado, meu irmão. Lembro do Tiãozinho desde o tempo do Deputado Maurão de Carvalho.

Renan Maldonado, representando aqui o Bico do Parque.

E vamos começar agora.

Ah, esses aqui também vão falar. Desculpa. Eu achei que era somente para mencionar. Perdão, a falha foi minha aqui.

Convidar aqui, para o uso da fala, muito importante, o senhor Edemir Brasil. Ele é o Secretário de Regularização Fundiária de Porto Velho, a qual pertence a Rio Pardo.

Quero agradecer ao nosso Prefeito Hildon Chaves, pelo apoio. Não pôde estar presente, mas o Edemir está aqui para representá-lo.

Por favor, fique à vontade para o uso da fala, Senhor Edemir.

O SR. EDEMIR MONTEIRO BRASIL NETO - Bom dia. Bom dia a todos. Em nome da prefeitura de Porto Velho, é uma honra estar aqui presente. Cumprimentar a Mesa, em nome do nosso Deputado Alex Redano, Deputado Delegado Lucas, Doutor Matheus, da PGE.

A questão de Rio Pardo, vamos de uma forma bem técnica, da nossa parte. Rio Pardo no Plano Diretor do Município de Porto Velho não constava como distrito, no antigo Plano Diretor de 2009; já a Lei 838 de 2020, que publicou o Novo Plano Diretor, definiu que o Município de Porto Velho tem 13 distritos. E, dentro desses 13 distritos, elencou Rio Pardo como um distrito de Porto Velho, classificado dentro da dimensão geográfica de Porto Velho no Médio Madeira.

Então, tem o Alto Madeira, que é Vista Alegre, Extrema e Nova Califórnia; o Médio Madeira, que é Rio Pardo, Jaci, União Bandeirantes; e o Baixo Madeira, que é São Carlos, Nazaré, Demarcação, Calama e demais.

Dentro dessa política do Novo Plano Diretor tem a Política da Regularização Fundiária dos Núcleos Urbanos de Porto Velho. E Rio Pardo é classificado hoje como núcleo urbano informal. O que é isso? São construções consolidadas - alvenaria, muro, calçada — de difícil reversão. O que vai fazer com aquela terra? Vai passar trator? Vai derrubar? Não tem como. Já está consolidado. A natureza, as edificações, como eu falei, construção de alvenaria, localização de vias de circulação e equipamentos públicos, como foi falado: Rio Pardo tem colégio, tem posto de saúde, tem escolas. Inclusive o Município de Porto Velho tem escolas. Então, isso é um núcleo urbano informal.

E o Município de Porto Velho tem essa política. Essa política está dando certo. O primeiro distrito que a gente regularizou foi o de União Bandeirantes — vocês sabem —, foi regularizado. Nós só falamos da parte do núcleo urbano — tá, gente? —, do que a gente chama de cidade.

Então, foi regularizado União Bandeirantes. Em União Bandeirantes foi regularizado 3.500 imóveis. Foi regularizado o distrito de Nova Califórnia, mais 2.500 imóveis.

Neste momento, Porto Velho vem trabalhando no distrito de Jaci-Paraná e Extrema. Até o final desse ano nós temos que concluir isso. E em janeiro do ano que vem a gente começa em duas frentes, que são o distrito de Vista Alegre do Abunã e o distrito de Rio Pardo.

Por que essa classificação? Na nossa projeção, nós projetamos primeiro regularizar tudo que está em propriedade do Município de Porto Velho. Por isso que a gente começou. União Bandeirantes é muito semelhante a Rio Pardo no passado: era uma área de reserva, onde a União doou aquele núcleo urbano para Porto Velho, e Porto Velho regularizou União Bandeirantes. Então, nesse primeiro momento a gente concentrou em regularizar tudo que é de propriedade do Município de Porto Velho. A demanda do Município de Porto Velho já está encerrando, de propriedade do município, e a gente começa adentrar em núcleos urbanos que não são de propriedade do Município de Porto Velho, mas estão dentro da área territorial de Porto Velho, que é o caso de Vista Alegre — que a gente adentra — e Rio Pardo.

Então, o que a gente começa a fazer em janeiro em Rio Pardo? Nesse momento nós já mapeamos, eu me lembro que há exatamente um ano o Deputado Alex Redano fez aquela Audiência em Rio Pardo, que foi no dia 22 de abril de 2022, teve Audiência em Rio Pardo. Vai fazer um ano então, praticamente. Então naquele momento a gente começou a fazer esse trabalho, foi feita a demarcação da poligonal do núcleo urbano de Rio Pardo. A gente levantou que há, mais ou menos, em torno de 72 quadras, o que daria mais ou menos 936 unidades imobiliárias. Mas, como eu falei, Rio Pardo não está dentro da propriedade de Porto Velho, mas está dentro da área territorial de Porto Velho.

Então, em janeiro a gente pretende já começar a fazer o desenho urbanístico de Rio Pardo. Com esse desenho urbanístico a gente vai criar as unidades imobiliárias de Rio Pardo, criando dentro da Prefeitura Municipal de Porto Velho inscrição municipal, numeração predial, CEP e definição de vias. Ou seja, em janeiro o Município de Porto Velho passa a criar a legitimação de posse das unidades imobiliárias de Rio Pardo, da área urbana de Rio Pardo. Independente da ação judicial que há em despejo, independente da questão da unidade de conservação, porque esse trabalho é baseado na Lei de Regularização Fundiária que foi feita em 2017, a 13.465. Então, a gente foca aqui Rio Pardo, o núcleo urbano, há moradores, há população.

Então, no ano que vem, até junho, isso é um compromisso da prefeitura de Porto Velho, é um compromisso viável, que é possível, até junho do ano que vem, a legitimação da posse, pelo menos, de Rio Pardo estará concluída pelo Município de Porto Velho. Aí que vem aquele trabalho de pegar esses dados e protocolar junto ao Incria, discutir a questão ambiental

para que pelo menos a parte urbana de Rio Pardo, assim como aconteceu em União Bandeirantes, possa ser repassada para o Município de Porto Velho. E encerra a nossa contribuição da parte técnica desse planejamento que vem ocorrendo em Rio Pardo.

A questão rural já é questão do Incra e da Sepat. Cumprimentar nosso amigo da Sepat, que vem trabalhando bastante sobre isso já na região de Rio Pardo. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito importante a sua fala. Faremos os encaminhamentos finais, mas depois é importante nós fazermos uma comissão e essa debater — somente a Comissão — e fazer os direcionamentos para resolver as questões.

O SR. DELEGADO LUCAS – Posso fazer uma contribuição? **(fora do microfone)**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Pode. À vontade.

O SR. DELEGADO LUCAS – Eu quero parabenizar a prefeitura de Porto Velho, em seu nome, pelo trabalho que tem feito até a mim causa espanto, que apenas a partir de 2020, oficialmente, o distrito de Rio Pardo foi reconhecido como distrito. Mas, que bom que foi feito. Não falo aqui com demérito, mas elogiando. Nós sabemos que na prática ele já está lá há muito mais tempo. Mas, que bom que está avançando, que está avançando bem, e que há esse prazo, porque até junho do ano que vem haja um encaminhamento para legitimação da posse, dessas 72 e 936 unidades imobiliárias.

Eu acho que ela elenca bem, demonstra bem o tamanho do nosso distrito de Rio Pardo. Eu não queria aqui “chutar” e também não pegar o senhor desprevenido, mas dos 13 distritos, talvez ele esteja em um patamar razoável de tamanho, a ser comparado com os demais.

O SR. EDEMIR MONTEIRO BRASIL NETO – Isso, ele está no mesmo patamar. A questão é que a Lei Orgânica do Município, elencava o que é, para ser considerado distrito. Aí tem que ter um posto de saúde...

O SR. DELEGADO LUCAS – Sim, claro.

O SR. EDEMIR MONTEIRO BRASIL NETO - Aí hoje...

O SR. DELEGADO LUCAS - Ele enquadra.

O SR. EDEMIR MONTEIRO BRASIL NETO – Enquadra, perfeitamente.

O SR. DELEGADO LUCAS – Aqui, eu não critico o fato de antes não ter sido reconhecido. Só o registro, que eu quero fazer, é que de fato, o distrito, oficialmente existindo ou não, perante ao município, avançou, evoluiu e tem se desenvolvido. E a prefeitura tem reconhecido

isso – aqui, fica muito claro na fala do senhor -, e tem avançado nesse sentido, agora, a parte urbana - e nós gostaríamos que isso fosse um exemplo aqui nessa reunião hoje, para quem tem a incumbência de realizar essa tarefa na área rural. Porque o distrito de Rio Pardo só existe e só existirá, se a área rural também for reconhecida. Porque se essa população rural não puder permanecer lá - como assim, bem mencionou aqui o nosso Doutor Doca -, o distrito deixa de existir.

Então, parabéns pelo trabalho que tem sido feito e nós sonhamos com um dia que haja uma reunião como essa e que seja dito a mesma coisa do ponto de vista da nossa parte rural.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns Deputado Lucas. Como há muitas pessoas inscritas, vamos sugerir o tempo de cinco minutos. Para a gente otimizar mesmo. Passo a palavra agora, ao senhor Zedequias Leite, Vice-presidente da Associação dos Produtores Rurais de Minas Novas – ASPROMIN. Está no plenário. Conheço o Zedequias desde o tempo do Presidente Maurão, muitas reuniões, juntos. Por favor, fique à vontade.

O SR. ZEDEQUIAS LEITE DE MEDEIROS – Em primeiro lugar, eu agradeço a Deus, porque sem Ele nada poderia acontecer. Em nome do nosso Deputado Lucas, eu quero cumprimentar todos os deputados; em nome do nosso Prefeito Roni, quero cumprimentar todos os prefeitos; em nome do nosso Presidente João - lá do Bandeirantes - cumprimentar todos os presidentes de associações e todos os produtores rurais. Não vou aqui mencionar o nome de todos, para que não tome tempo.

Quero dizer, meus prezados e amigos que aqui se encontram, em 1996 foi a primeira viagem que eu fiz lá no Palácio, onde o governo atendia - por causa da Resex, que o Raupp criou em cima de nós, em um Decreto, covardemente, quando nós estávamos lá abrindo as picadas, porque as áreas eram grandes. Chegou um povo do Exército determinando picada e fazendo uma demarcação. Nós falamos: “Mas, isso aqui é nosso! Porque a Dona Cleonice, que era esposa do Simão Camelo, que era o dono daquelas áreas todas, tinha destinado. Ela falou: “Vocês podem ficar com essas áreas, porque nós não queremos mais, nós não damos conta disso tudo.””

Então, nós viemos ali, e o Raupp disse para nós bem assim, falou: “Vocês já atravessaram o Novo Mundo, para lá, lá embaixo, para o lado do Bandeirantes, para o lado do Bandeirantes não, do outro lado do Jaci?”. Nós falamos: “Nós nem conhecemos isso lá.” Ele falou: “Então fica tranquilo, nós vamos criar lá do outro lado. Vocês podem ficar à vontade”. Viemos embora, 1996 foi criado lá. Em agosto nós estávamos aqui. Viemos aqui e fez um acordo. Ele disse desse jeito para nós. Depois vieram essas sanções, essas sanções, e eu quero dizer a vocês, eu acho que é hora de muita união, muita percepção, deputados, de nós nos debruçarmos em cima disso. Por quê?

Nós vivemos um momento difícil no país hoje, onde um preso é mais remunerado do que um trabalhador. Eu me sinto até emocionado, de falar um "trem" desse aqui, porque eu não fui chamado para ser covarde. Eu, quando vejo certas coisas acontecendo, igual está acontecendo na Amazônia aqui, chegar órgãos ambientais - que eu não considero que é ambiental porque quem protege o meio ambiente é o produtor, todo mundo sabe disso. Eu já tive situações de pedir até quase para morrer, de tanta pressão ambiental. Tanta coisa errada, você está vendo aquilo e não pode fazer nada.

Tivemos quatro anos de paz. Não vim aqui para falar de política, mas infelizmente, não fui chamado para ser covarde e vou ter que falar: tivemos quatro anos de paz. Agora, vem de novo a perturbação. Nós não sabemos se nós dormimos ou se acordamos, porque quem tem uma produção igual nós temos, que produzimos, vivemos da propriedade - que o Deputado Lucas até conhece lá, a nossa região - nós estamos realmente, preocupadíssimos. Já pensou? Porque, sinceramente, o meio ambiente fez laudos fraudulentos - que está aqui o nosso Procurador, que hoje faz coisas, talvez sem conhecimento, por causa da covardia do meio ambiente. Porque, se fizessem realmente o que é justo, hoje talvez nós não tínhamos tantas reintegrações de posse com pessoas igual lá. O seu Chico está lá coitado, um produtor nato, que só vive da terra. E nós, juntando os pés com as mãos, para arrumar advogado para que defenda, para que não veja ele despejado e destruir a sua propriedade. Isso é, infelizmente, parece que a gente não está enxergando isso.

Eu até falei um dia aqui, ali na Assembleia com o Deputado Alex e outros mais, que o juiz que julga uma causa deveria ir lá na propriedade, para ver o que ele está fazendo. Eu admirei muito o juiz de Buritis, que ele falou: "Eu gosto de julgar uma causa quando eu olho no olho do produtor. Por quê? Com a minha caneta posso acabar com a vida dele para sempre." Eu admirei, isso é ser humano. Talvez, a justiça é para ser feita, mas também tem que saber como é que ela vai ser feita, se realmente tem razão para isso ou não.

Quero agradecer aqui a Assembleia Legislativa que sempre nos ajudou. E pedir a vocês, vamos nos debruçar em cima disso, chamar o governador, porque nós estamos vivendo um momento difícil. Já pensou se isso chega aqui? Começar a mandar nós tirar gado com cinco dias, onde é que nós vamos enfiar esse gado? O que nós vamos fazer, povo do Rio Pardo, Minas Novas, Nova Mamoré. Gente, nós temos ali 200 mil cabeças de gado, naquela região. Rio Pardo tem mais de 2000 também, imagine que situação que nós vamos viver. É um momento cruel e triste.

Muito obrigado e que Deus abençoe a todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pela fala. E daqui uns dias nós vamos ter mais uma preocupação. Semana passada, retrasada, eu tive uma reunião, ficamos quase três horas em reunião, Renan, o

Doutor Doca participou conosco; com o Superintendente do Ibama, com moradores ali de Vista Alegre, que têm propriedade no Sul do Amazonas. E em breve, está vindo para Rondônia, também. Todo mundo que desmatou depois de 2008, terá as terras embargadas, não pode plantar, não pode ter gado.

A questão dos cinco dias a gente discutiu, eles podem dar até dez dias, quinze, vinte dias, mas tirar todo o gado, onde tem o embargo ambiental, não é, Doutor Doca?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Fora de reserva. **(fora do microfone)**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Fora de reserva e tudo, área normal. Quem desmatou em 2008. E só pode plantar produtos nativos, cacau, cupuaçu. Então, o Sul do Amazonas já está vivenciando isso e pelas informações, em breve chegará em Rondônia. E mais de 30% das propriedades têm desmatamentos após 2008. Mais de 30%. Então, é outro problema, que daqui uns dias está batendo à nossa porta, aqui em Rondônia, também.

O SR. DELEGADO LUCAS – Posso falar? **(fora do microfone)**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Pode.

O SR. DELEGADO LUCAS – Eu não podia deixar ..., só rapidamente, para otimizar a reunião, mas a fala do Zedequias não tem como a gente ouvir, Zedequias, e conhecendo a história de todos vocês do Minas Novas, da Resex Jaci-Paraná e não se emocionar. Eu pude almoçar, em algumas oportunidades lá na propriedade do Zedequias. Hoje em dia, não é tão fácil chegar lá. E em 1996, ele já estava brigando por aquela propriedade, junto ao Palácio do Governo aqui, Deputado Pedro. Isso mostra que essa população não caiu lá de paraquedas, da noite para o dia. E eles insistem em trabalhar, produzir e gerar emprego, gerar renda. Vocês deviam estar aqui hoje, sendo homenageados. E vocês só estão tentando sobreviver. E é nosso papel aqui, ser a voz de vocês. Contem conosco.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Bacana, Deputado Delegado Lucas. Parabéns. Convido para uso da fala o advogado, Doutor Renan Maldonado, advogado dos moradores do Bico do Parque.

O SR. RENAN GOMES MALDONADO DE JESUS – Meu bom dia, nobre Deputado Alex. Cumprimento toda a Mesa; Deputado Delegado Lucas; nobres deputados; Prefeito Marcelo, de Nova Mamoré - que sempre está ajudando a população; Procurador da PGE, o Doutor Matheus; Antônio, do Incra, e a todos os presentes.

Bom, como todos sabem, eu sou advogado do Bico do Parque, o Doutor Doca conhece bem a situação. O Bico foi desafetado, foi retirado da Reserva do Parque

Estadual, em 2002, pela Lei nº 1.146. E está sendo tratado, desde então, como reserva, sempre foi tratado como reserva, mesmo, deputado, sendo retirado em 2002 da reserva.

As pessoas lá, estão tentando fixar a sua moradia há mais de 20 anos e infelizmente, o órgão fiscal queima as casas, queima as plantações, têm notícias de torturas - que eu já denunciei para a Sedam, já denunciei para polícia -, infelizmente, a gente vê que disso é feito pouco caso. Das grandes atrocidades que são feitas lá - eu não estou acusando aqui todo o órgão da Sedam e nem todo o órgão fiscal -, mas não é uma denúncia, não são duas, são dezenas de denúncias dessa área que está fora do Parque.

E a gente começou a defender, a três anos atrás, essa população que até então, nenhum advogado teve coragem. A gente começou a ter essa coragem, essa ousadia, como os produtores aqui também têm a ousadia de falar, mesmo havendo — o que eu digo — um “racismo” contra o produtor que está perto de área de reserva.

Hoje muitas pessoas do meio ambiente, com o discurso de proteger o meio ambiente... pode tudo, pode acabar com a pessoa humana... não têm direitos, não têm direito sequer a um advogado. Até ter um advogado a essas pessoas é proibido.

E o que nós do Bico hoje pedimos, como o prefeito de Nova Mamoré bem disse, essa área lá é da União. A matrícula que está registrada no cartório é a 7.814, Gleba Buriti Figura 3, como o Deputado Lucas bem colocou, e a gente quer que a União se manifeste.

A gente já teve reunião com o Antônio, com o Superintendente. A gente quer que a União seja protagonista disso. A gente, com todo o respeito ao Estado de Rondônia, aqui ao Doutor Matheus, mas a gente acha que a Sedam não é competente para retirar aquelas pessoas. Aquela área lá é da União. Ela é proprietária. Até o dia em que o Estado de Rondônia conseguir transferir para si mediante uma doação, quem é dono é a União.

Então, a União tem que falar se essas pessoas têm que ficar ou não. Tudo bem, a Sedam tem a questão ambiental, vamos colocar. Eu acredito que, quando a gente coloca as pessoas para a Sedam, a gente está ajudando o meio ambiente, porque, a partir do momento em que você regulariza ambientalmente, você diz “olha, você tem que preservar tanto”. Agora, como hoje tem essa Ação Civil Pública, de autoria do Estado de Rondônia e do Ministério Público, quer se retirar todas essas pessoas e deixar área para ser preservada. Mas, eu digo que isso vai prejudicar ainda mais, porque, quando você tem pessoas, você dá a possibilidade de responsabilizar e de preservar. Agora, quando se retira todo mundo, então fica muito mais difícil.

Então, Deputado Alex, eu tenho pedidos, uma sugestão para esta nobre Casa de que se faça uma comissão dos deputados, também convidando a bancada federal, para que se vá a Brasília pedir para os órgãos federais, o Inbra, o SPU, que olhem para o Bico

do Parque, que assumam esse protagonismo.

Peço também a esta nobre Casa que veja a questão do zoneamento. Hoje a Sedam coloca, e com razão, que lá é um zoneamento 3. Então, as pessoas não poderiam estar lá em razão do zoneamento, mas a gente sabe que essa lei de zoneamento é de 2000, ela tem 23 anos. Essa lei de zoneamento não pode mais ser aplicada.

Então, esse argumento que a Sedam está usando, porque o zoneamento não permite as pessoas ficarem lá, é um zoneamento defasado, que é uma promessa desta Casa, junto com o Governador de Rondônia, refazer esse zoneamento. Então, a gente pede também essa situação.

E, por último, fica um pedido meu aqui singelo à Sedam, na pessoa do Doutor Matheus. Essa reintegração foi conseguida novamente, foi suspensa pelo juiz de Guajará, o Doutor Lucas, onde eu deixo o meu agradecimento, pela primeira vez, uma sensibilidade, que ele suspendeu a liminar dizendo que isso é um debate que tem que ser feito na esfera federal. Mas, infelizmente, o Desembargador Miguel Monico, do Tribunal, entendeu de outra forma — com todo o respeito.

Mas um pedido que eu faço aqui para a Sedam, na figura do Doutor Matheus, é que se respeitem pelo menos as pessoas lá em dar informações, porque foi feita uma reunião — e aqui o prefeito pode estar validando ou não a minha fala — na Câmara de Nova Mamoré, dizendo que todos foram avisados da reintegração que haveria de acontecer no dia 5 de abril. E não foi. Eu não fui avisado, as pessoas não foram avisadas. E está em jogo matar mais de 20 mil cabeças de gado, destruir inúmeras casas, e isso é muito grave.

Então, assim, se vai fazer reintegração — e hoje está nessa medida —, vamos avisar, vamos abrir audiências públicas, como no processo o próprio Estado e o Ministério Público estão falando que vão respeitar as recomendações da Comissão de Direitos Humanos, no qual se tem que se chamar todo mundo, fazer audiências, fazer comunicados, chamar as autoridades, e não marcar um dia e tirar todo mundo, e nem me avisar.

Eu até mandei um ofício para a Promotoria, eu pedi para ela que me mostrasse a intimação do meu escritório. Ela falou que não tem, que na verdade quem deveria fazer isso seria a Sedam, seria a polícia. Mandei também ofício para a Sedam, não tive resposta. Enfim, o que eu acredito é que a gente deve ter mais diálogo do que simplesmente imposição. Enquanto a gente tiver só imposição, e a gente colocar isso como uma guerra ambiental, os dois lados vão perder.

Os produtores nunca vão aceitar essa injustiça, e vão continuar desmatando, e a parte dos representantes vão ficar querendo punir. E a gente vê que é uma situação em que todo mundo perde.

Meu muito obrigado, deputados.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado,

Renan.

Ao Deputado Pedro, um aparte.

O SR. PEDRO FERNANDES – Pontuar — o Doutor Renan falou aí —, eu fiz um Requerimento na Comissão de Meio Ambiente solicitando alguns dados referentes a essa Lei 1.146, de 12 de dezembro de 2002, que “Altera os limites com exclusão e ampliação da superfície do Parque Estadual de Guajará-Mirim, criado pelo Decreto nº 4575, de 23 de março de 1990, e dá outras providências”.

E lá nessa lei fala das confrontações, quem são as propriedades que fazem confrontações com a reserva. Então, a gente já solicitou, tanto para o Incra, através de Requerimento aprovado na Comissão - o Deputado Delegado Lucas estava junto conosco -, em que a gente solicitou esses documentos e estamos aguardando para fazer esse encaminhamento.

E na construção dessa comissão, Deputado Alex, a gente já pode se embasar com essa documentação para gente verificar, realmente, o que foi tratado nessa lei e se ela separa, realmente, uma parte que era do Parque e ele fica fora. Essa lei de 2002 trata disso. Ela o ampliou em algum lugar, diminuiu em outro para corrigir algumas distorções, a gente tem que analisar com muito carinho essa lei, porque talvez ela não foi observada. Obrigado.

O SR. DELEGADO LUCAS - Salvo engano, Doutor Renan, se eu tiver errado pode me corrigir ou nosso Prefeito Marcélio, em 2002 o Estado criou, delimitou o Parque e o que se questiona é que quando o Estado fez, ele não era o dono da área para assim fazê-lo. É isso, mais ou menos?

O SR. RENAN GOMES MALDONADO DE JESUS – Exato. Ele não era o dono.

O SR. DELEGADO LUCAS - A pergunta que eu tenho para o senhor, se o senhor puder me responder, doutor, é assim, o senhor até mencionou o número da matrícula que essa área tem como propriedade da União. Ela, partindo da premissa que seja do Estado, é uma unidade de conservação. Tudo bem.

Eu, como delegado de polícia, até mencionei, lavrei vários autos de prisão em flagrante, em tese, por danos à unidade de conservação de pessoas que estavam lá dentro, com fulcro nessa lei de 2002 que o senhor mencionou, deputado. Mas, partindo da premissa que a posse nunca foi, a entrega dessa área nunca foi concretizada ao Estado, que ela permaneça como propriedade da União, que é o cerne que se discute. Até o motivo pelo qual o Estado, em tese, se recomendaria a ele que se aguardasse um pouco para não tomar alguma decisão agora definitiva, sendo que não tem competência para tanto, porque a área seria da União.

A área sendo da União, partindo dessa premissa, qual é a natureza jurídica que a União atribui a essa

área? Ela é uma unidade de conservação, é uma reserva, é um parque, para a União? O senhor sabe me informar, só para eu tirar uma dúvida?

O SR. RENAN GOMES MALDONADO DE JESUS – Então, hoje a União arrecadou e ela não está afetada a qualquer interesse, essa área. A União não tem nada na Gleba Buriti Figura 3. Só está arrecadado em nome da União.

O SR. DELEGADO LUCAS - Obrigado.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Me permite contribuir?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Passar a palavra ao Doutor João Francisco, Doutor Doca.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Esclarecendo aqui Deputado Lucas e Doutor Renan. Essa questão da área do Parque de Guajará é patrimônio da União. Existe um processo no SPU e eu estou ao lado do representante aqui do SPU, que vai ser bom para aclarar nossas mentes, e tem divergências quanto à delimitação, os polígonos da área do Parque. **(apresentação no telão do mapa da região)**

Esse processo tramita há muito tempo. Ele tem pareceres do Congresso Nacional. Foi feita uma comissão no Congresso, porque a área ultrapassa os 2 mil hectares e para que seja doada para que o Estado realize o Parque precisa de autorização do Congresso Nacional. Então, tem várias divergências.

E esse processo, salvo engano, está parado, sem movimento no SPU, na Superintendência de Patrimônio da União, há muito tempo por conta da falta de um pronunciamento da FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas). Ok? Agora, o que nós precisamos esclarecer aqui? A Lei 1.146/2002 tem validade ou não tem validade? Ela está em vigência ou não está em vigência? O Decreto que criou, que é também um Decreto Estadual, que criou o Parque de Guajará delimitando a área que tem um questionamento, uma divergência com a União quanto ao polígono da área ser esse ou aquele. O Decreto que criou, vejamos que é um instrumento normativo estadual. Nós temos outro instrumento normativo estadual, uma Lei Complementar aprovada pela Assembleia, que reduz a área criada inicialmente pelo próprio instrumento normativo do Estado.

Então, o Decreto, que é uma norma hierarquicamente menor que a própria lei aprovada pelo Parlamento Estadual, tem validade o Decreto e não tem validade a Lei 1.146/2002? Esse é um questionamento a se fazer.

Essa norma é de 2002. Ela nunca foi questionada judicialmente, jamais lhe foi arguida Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn). Inclusive, no processo do SPU tem um questionamento do Ministério Público Federal questionando o Estado, por que o Estado estaria reduzindo a área inicialmente delimitada para ser o

Parque Guajará. Quer dizer, o processo de doação, de transmissão dessa área para o Estado de Rondônia, é o imbróglgio que você demanda tempo pra compreendê-lo.

Aí, eu perguntaria: nossa norma, a nossa Lei Estadual 1.146/2002 está em vigência? O Decreto que criou o Parque de Guajará está em vigência? Eu estou falando aqui apenas dos aspectos jurídicos, ok? Eu estou eliminando aqui as questões fáticas de outras áreas invadidas ou não. Eu estou dizendo do ponto de vista da pessoa jurídica do Parque Guajará-Mirim.

Posteriormente, evidentemente, o Doutor Mateus vai se pronunciar sobre isso, nós ouvimos o Doutor Renan, e poderíamos ouvir aqui o representante da Superintendência do Patrimônio da União, que se faz presente, inclusive, aqui ao meu lado.

(Às 12 horas e 40 minutos o Senhor Alex Redano passa a Presidência ao Senhor Delegado Lucas)

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Doutor Doca, muito obrigado pelos seus esclarecimentos. Como sempre, o senhor contribuindo sobremaneira para esta Casa. Se fosse possível, que o senhor pudesse esclarecer para nós a diferença da sobreposição da linha amarela para aquela linha vermelha, para que todos pudéssemos entender? **(referindo-se à imagem no telão)**

Ali, eu vi que nós podemos observar que há duas demarcações: uma em amarelo e uma em vermelho.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Sim. É que esse mapa não fui eu quem o trouxe.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Ah, não foi o senhor quem trouxe.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - Doutor Doca, só para informação: a linha em marrom é a poligonal — depois que o Bianco editou a nova poligonal -, que é a área em roxo seria o Bico do Parque, que ficou desafetada, e a área em amarelo, agora...

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Isso. Seria a delimitação após a aplicação da Lei 1.146/2002, não é, Franber?

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Exatamente. E essa em amarelo que sobrepôs aí, seria a criação original.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Então, na alteração das poligonais, bem se observa, que a área desafetada tem uma área compensatória posteriormente, certo?

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Exatamente. Aí ela está sobreposta às linhas, e as linha em marrom, ... inclusive, existe um questionamento que em algumas dessas áreas, existe matrícula e escritura pública.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Muito obrigado.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Presidente, como sugestão, franquearíamos a palavra ao representante da Superintendência do Patrimônio da União em Rondônia (SPU/RO), se ele puder se manifestar sobre o tema que a gente levantou há pouco, em relação a esse processo que se encontra lá, relativo à área do Parque de Guajará-Mirim.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Sim. Então, atendendo à sua solicitação, nós passamos a palavra ao representante do SPU/RO.

Registro aqui a presença, também, do Excelentíssimo Senhor Jurandir Bengala, Vereador de Porto Velho, nos agradando aqui com a sua presença.

O SR. JOÃO BATISTA NOGUEIRA - Bom dia a todos. Realmente, esse processo, não só esse, como o processo das reservas do Estado de Rondônia, tem grandes imbróglgios. Tem o direito de quem estava lá. E tem o direito da floresta. E tem aqueles que foram lá, após o Decreto, que já sabiam, não poderiam estar lá, mas estão.

Então é o seguinte: quem já estava lá, é sagrado; já estavam lá. Se criou uma reserva com um estudo correto ou incorreto, e já havia alguém lá com posse ou até com título. Então, isso precisa realmente ser olhado com carinho e atitude.

Esse processo, realmente, todas as matrículas das reservas ainda estão em nome da União. Elas não estão em nome do Estado, porque isso está em fase de conclusão, em fase de entrega, ou seja, de regularização. E eu vejo, hoje, que não é momento nem de fazer a entrega disso para o Estado. Até que não se defina, ele é de direito do Estado pelo Decreto, a gente respeita, e a gente quer que o Estado regularize isso para o Estado como reserva, suprimindo, de repente, as áreas já ocupadas e reduzindo essa reserva. Isso tem que ser um trabalho de longo prazo, envolvendo órgãos ambientais, Ministério Público, porque não é, simplesmente: "Vai lá e tira um pedaço de reserva e regulariza quem está lá". Eu não consigo nem fazer isso. O próprio Ministério Público não vai deixar.

Então, o que nós precisamos fazer? Nós precisamos de um estudo, realmente, de um novo estudo das poligonais; ver as áreas antropizadas. Nós precisamos fazer um estudo do Produto Interno Bruto (PIB), que isso hoje é gerado para o Estado de Rondônia, porque se nós pegarmos o PIB dessa área, o governador não dorme mais, porque ele vai ter que reduzir gasto, vai ter que demitir gente, porque ele não vai ter recursos daqui a alguns dias para pagar Folha de servidor. Porque é um PIB grande, é um PIB pesado para o Estado, e, às vezes não se olha isso. Mas, o PIB, é muito importante que a gente divulgue o PIB dessa região.

O que nós temos que fazer com o Estado, com o ambiente, com o Incri, com todo mundo é arrumar

uma saída para reduzir, se for o caso, essas florestas e regularizar para quem está lá, para quem pode ser regularizado.

Existe estudo, existem famílias cadastradas na época do Decreto da reserva. Temos? Temos, sim. Tem muita coisa para ser aproveitada.

Agora, como fazer isso? Se não for na via com todos unidos, não vai sair. Nós vamos ter uma audiência hoje, outra audiência daqui 10 anos, daqui a 20 anos e vai continuar.

Quando o Estado decreta uma reserva, ele pode pegar área de jurisdição da SPU e área do Incra. E aí cria-se a reserva. Hoje essa área é da União? É. Ela é do Estado, da reserva? Também. O que é área da União? São áreas de reservas, florestas e áreas de povos indígenas. O restante é Incra. Então, essa área que por ventura seja delimitada como reserva, a União vai passar isso para o Estado tomar conta e não deixar ninguém entrar lá um metro para dentro. A área que não for da reserva, que for retirada da reserva, vai ser repassada ao Incra para que faça a regularização de acordo com a legislação e que o Incra possa fazer.

No caso do núcleo urbano, por exemplo, de Rio Pardo, a União pega essa poligonal, repassa ao município, ele regulariza. Mas é bem dito, se nós vamos tirar todo mundo de Rio Pardo, para que regularizar o distrito? Porque não vai ter sustentabilidade.

Nós temos um exemplo aqui agora que foge um pouco da realidade. Há poucos dias nós ouvimos falar sobre a taxa dos chineses aqui no Brasil. Aí os Correios deram um grito. "Epa! Se vocês fizerem isso, vocês quebram os Correios." Os Correios, hoje, vivem da arrecadação de entrega dos "shopees da vida" lá.

Então, assim, estamos nós com as reservas. Se nós formos correr à risca das 11 reservas e tudo que tem que ser regularizado em Rondônia, nós vamos quebrar o Estado. E o governador precisa ser sensibilizado. Se ele não tem esse estudo do PIB, ele precisa pedir urgente. Porque, nós temos como regularizar? Temos.

Rondônia tem muita reserva. Rondônia tem áreas antropizadas que, com tecnologia, com investimento, dá para produzir duas, três, quatro vezes mais do que nós produzimos hoje sem arrancar um pedacinho de madeira. E reservas que, às vezes, não estão lá como extrativistas, muda para extrativista. Dá para fazer? Dá, mas tem que ter um envolvimento sério. Tem que unir todo mundo, Ministério Público, as Procuradorias e a gente arrumar um caminho. A SPU sozinha não vai fazer, o Estado sozinho não vai fazer, porque é o seguinte, nós precisamos de braço.

Hoje todos os órgãos, todos nós temos dependências de servidores, desde Estado, o Incra, SPU, nós temos um quadro hoje reduzido. Nós temos investimento em pessoal, as tecnologias chegaram e ainda não chegaram no setor público no que tange à necessidade do mundo de hoje. Então, nós temos que fazer o quê? Fazer realmente uma comissão e criar caminhos para que a gente saia do nível dessa parte de política de "vamos fazer isso", "vamos fazer aquilo" para

uma parte técnica da coisa. Qual é o caminho? Por onde nós vamos?

Há uma necessidade de os ambientais verem isso aí. "Ah, mas como que nós vamos fazer?"; "Se eu tenho lá 50 hectares, vamos regularizar", só que ele vai ter que reflorestar vinte. É um caminho. A SPU realmente, eu sempre falo lá para os nossos servidores que a gente, às vezes, tem débitos com o contribuinte. Por quê? A gente não dá o retorno a contento, não porque não queremos, é porque a demanda é muito grande.

E tem um agravante agora, com o avanço do agronegócio em Rondônia, as terras valorizaram, de R\$ 15 mil, foram para R\$ 30 mil, foram para R\$ 40 mil o alqueire. E hoje chove lá de pedido de regularização de terras. Usucapião, informação. Eu recebo lá em torno de 40 a 50 pedidos toda semana. Há cinco, seis anos caía um ou outro. Por que isso? Porque a pessoa ficou lá de posse da terra e nunca procurou regularizar. "Não, essa terra é minha."

Agora, quando aflorou que a terra valorizou, todo mundo quer regularizar. Então, é um outro problema que a gente enfrenta paralelo a isso.

Então, a SPU está à disposição de qualquer um cidadão que quiser mais esclarecimento. Nós temos lá, se quiser anotar, temos o portal patrimoniodetodos.gov.br, que às vezes não é nem do conhecimento de todos, onde a pessoa pode entrar lá com requerimento lá de Guajará-Mirim, lá do Bico do Parque pela internet e perguntar a informação daquela área. Mas, todas as matrículas das reservas, se forem consultadas, elas ainda estão em nome da União. E eu acho pertinente a regularização para o Estado depois que a gente definir. Eu tenho um afinamento muito grande lá com a Sepat, com o Davi. Até descobri que lá tem dois Davis, tinha até esquecido disso. Um Davi já é muito, dois é bom demais. E a gente tem conversado muito com isso, com a regularização das áreas do Estado com a União. E nós estamos fazendo até um Termo de Cooperação Técnica para a gente começar a fazer esse trabalho. Então, é um caminho que nós já estamos buscando. E nós estamos à disposição de todos. Obrigado.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Doutor Doca, quer fazer um aparte?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Quero fazer, primeiro, me inteirar da sua graça, porque...

O SR. JOÃO BATISTA NOGUEIRA – João Batista Nogueira. **(fora do microfone)**

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Senhor João Batista Nogueira, muito bem esclarecido. E esse posicionamento da SPU a gente sabe que eles realmente não têm estrutura, não têm pessoal, não têm condição. Os órgãos federais, infelizmente, aqui na nossa região, andam desse jeito, se arrastando, tanto Incra, Funai, os órgãos estaduais, o próprio Ibama. Desestruturados nessas condições de trabalho deles e,

principalmente, de tecnologia.

Mas diante do seu esclarecimento, eu vou fazer uma consulta aqui. Aí nós temos essa Lei 1.146 do Estado, que pegou o dispositivo estadual de criação, que foi o Decreto que criou o Parque Guajará, e reduziu uma parte e acrescentou outra. Essa alteração, necessariamente, precisa ser encaminhada ao SPU para que ele dê validade, acolha ou não acolha a alteração dessa lei? Essa lei, para a compreensão da Superintendência da União, que hoje é o órgão que detém, de fato e de direito, a propriedade dessas terras, reconhece essa alteração da legislação estadual?

O SR. JOÃO BATISTA NOGUEIRA – Nós tivemos um questionamento do Ministério Público a respeito. Há uma recomendação nas entrelinhas para que a gente não reconheça, de certa forma, a redução da área, que eles falam em uma redução da área.

Então, esse estudo envolvendo o Ministério Público, olha isso aqui, esse Decreto, eu acho que nós temos que conversar com todo mundo, porque já é uma área consolidada, é uma área pequena em relação ao volume. Então, isso precisa ser conversado. Nós respondemos a ele que na época nós estaríamos conversando isso com o Estado. E na verdade, nós só fizemos essa resposta para eles e estamos em stand-by. Porque, realmente, eu não tenho como reduzir essa área hoje, e falar “não, não reconheço.” O próprio Ministério Público fala: “Não, você não reconhece, mas a área é ambiental.”

O poder, o poder hoje, da questão ambiental sobrepõe, às vezes, aos nossos interesses, aos nossos problemas de falar “não, vamos reconhecer.” Nós temos que ter hoje um acordo do Ministério Público para que a gente reconheça. Essa é a grande verdade.

Então, vamos reconhecer essa área, vamos unir com o Ministério Público, vamos unir com todo mundo, vamos reconhecer essa área. Se eu não fizer isso, eu não consigo. Amanhã ou depois, eu vou estar sendo perguntado: por quê que você fez isso?

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - Doutor Doca, só fazer um esclarecimento aqui, para o SPU. Na alteração do Bianco, a área aumentou 15 mil hectares. O Parque Guajará aumentou 15 mil hectares.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Embora tenha diminuído uma área, na área total, ele aumentou.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO - Ele compensou.

O SR. DELEGADO LUCAS - Ele compensou e ainda aumentou.

O SR. JOÃO BATISTA NOGUEIRA - É, exatamente. Mas para isso, precisa falar “olha, compensou aqui.” Da mesma forma, que hoje nós pegamos essas 11 reservas, nós vamos pegar essas 11 reservas, a gente exclua das

reservas aí uns 2 milhões de km². Qual o impacto disso? Agora, aquela questão do PIB. Nós temos que olhar para a economia do Estado. Porque senão daqui a pouco, o governo vai falar assim: “Fecha a fronteira de Rondônia, tire todo mundo de Rondônia e mande para São Paulo, Rio de Janeiro.” Porque parece que é isso que eles querem. Parece que eles querem acabar com o Estado, não é?

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Doutor João, o senhor tocou em um ponto muito importante que é a valoração econômica da produção dessas áreas para o Estado de Rondônia. Talvez a “ferro e fogo” aqui, eu estou falando empiricamente, se todas essas áreas que estão em litígio, da noite para o dia, a população fosse retirada e essa produção deixasse de existir, Rondônia provavelmente quebraria, porque as contas não fechariam.

Nós não temos esses dados, eu até tive em reunião, o nosso gabinete visitou o Tribunal de Contas, verificando se o Tribunal de Contas seria o órgão apropriado, Secretário, para que nós pudéssemos fazer um estudo, por exemplo, da Resex de Jaci-Paraná. Qual é o impacto dela na economia do Estado de Rondônia, hoje, funcionando, e qual seria essa perda - claro, se essa população fosse retirada de lá? E qual seria o impacto dela no Município de Buritis, no Município de Nova Mamoré, no Município de Porto Velho, já que é uma área que compreende três municípios? Para que a gente verificasse também, do ponto de vista econômico, no PIB do nosso Estado, se é viável a retirada, do ponto de vista financeiro, porque também temos que analisar essa perspectiva. Não é deixar em último caso, a análise de meio ambiente. Por isso que eu acho que é interessante, colocar na equação todos os fatores.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Deputado, só fazer um adendo aí.

O SR. DELEGADO LUCAS - Fica à vontade.

O SR. FRANBER CABRAL CARVALHO – Lembrando que, conforme o Incra está aí, que a terra na lei lá de 1940, quando foi criada, a terra tem um fator social.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Certo. Muito bem colocado isso. Então, são áreas produtivas. Agora, o senhor falou sobre o PIB, é importante pontuar, mas o senhor falou também sobre o reflorestamento. Então, estamos falando, aqui, do Bico do Parque. A retirada de toda essa população, dessa área que já está antropizada, garantirá que o Estado terá condições de reflorestá-la? Quanto custaria para o Estado? Em contrapartida, uma proposta para que essa população - e aí, para todas essas áreas que estão em litígio -, como uma forma de regularizá-las, seja condicionando a um reflorestamento de uma certa quantidade, a ser caso a caso, analisada. O Estado pode indicar o tipo

de essência de mudas, de árvore que deveriam ser plantadas. Enfim, isso pode também ser construído através de uma comissão?

Porque, eu acho que o Estado tirando essas famílias, não garante uma nova ocupação? Porque a família sai de lá, a propriedade permanece. Como o Estado, que nunca conseguiu impedir que houvesse a entrada dessa população, vai impedir novas invasões, ocupações? E também, o Estado não tem talvez, um arcabouço financeiro para conseguir pagar, porque é caro esse reflorestamento. Há um custo para tanto. Que talvez o produtor esteja disposto a arcar.

Então, eu acho que esse ponto de vista da preservação ambiental também está intrinsecamente ligado a regularizar essas famílias. Eu acho que é um caminho para que nós consigamos avançar em todas as esferas.

A palavra aqui ao Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES – O que eu entendi aqui, e eu tenho acompanhado essas audiências aqui desde o princípio, Doutor Doca, é que o Ministério Público nunca está presente aqui na Assembleia, nas reuniões, para ouvir pelo menos.

Eu acho que é um momento... eu tentei falar com o Procurador do Ministério Público. A gente vai conversar com ele, por quem é responsável pelo meio ambiente. Por eu estar na Comissão de Meio Ambiente, eu quero conversar com ele para eles virem também ouvir. O Procurador ambiental do Estado está aqui. Ele cumpre a lei e é fiscalizado e monitorado pelo Ministério Público.

Se o governador não cumprir algumas coisas, responsabiliza diretamente o Secretário da Sedam, o Procurador do Estado, o controle interno da Sedam. Tipo assim, tira o problema de alguém que acha alguém sempre para resolver. Como o Doutor João Batista falou, temos que envolver todos os órgãos de controle, porque é um problema do Estado de Rondônia. Quem está sendo atingido diretamente é o produtor, porque ele está lá, Deputado Lucas. Mas, nós vamos fazer esse contato com o Ministério Público para gente ir lá. Eles pelo menos ouvirem, tem que ouvir, tem que participar. Eu sei, nós não podemos ter só um lado, porque todo mundo aqui precisa ajudar a preservar o meio ambiente. Igual o Deputado Lucas pontuou aqui, o Estado tem condições de ir lá reflorestar essa área? Ou é muito mais fácil, de repente, os próprios produtores que estão lá fazerem uma pactuação? Talvez vai para uma atividade até mais viável do que a atividade que está, se ele tiver um incentivo fiscal, se ele tiver uma regularização fundiária, se ele tiver financiamentos com juro até zero para combater o impacto ambiental do Estado.

Do jeito que está se fazendo aí, nós estamos andando na contramão da história. Do jeito que está não resolve, que só está falando, falando e nós nunca chegamos a um denominador comum. Mas, eu acredito que nós vamos avançar, porque nós vamos envolver esses entes de controle aí.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Vamos otimizar então. Ainda existem algumas outras pessoas inscritas para a fala. Aqui, seguindo... Quer fazer uma colaboração, Doutor Doca?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - É só para contribuir um pouco mais. Nós estamos tratando aqui porque esta reunião foi convocada para cuidar de três temas. Evidentemente que todo tema afeta essas questões de unidade de conservações, foram trazidas hoje, como a própria instauração da CPI, mas o convite originário, que é uma solicitação dos moradores, a princípio se resumia na Resex de Jaci, o pessoal da ocupação do Bico do Parque e da Rio Pardo, o pessoal de Rio Pardo.

Nós já fizemos reuniões, Audiência Pública nesses locais, "n" reuniões. Daquela Audiência Pública que fizemos em Rio Pardo, por exemplo, dali, foi feita e encaminhada uma comissão. Tivemos uma primeira reunião aqui na Assembleia Legislativa. Depois houve uma certa dissintonia. Aí um grupo daquela comissão saiu para Brasília. Sabemos nós que não resolveríamos desse jeito. Se não for composto aqui de todos os setores... olha, nós pela primeira vez temos o SPU aqui do lado, respondendo as questões, aos questionamentos objetivamente, pontuando de um lado e de outro. Não é só dizendo... ninguém tem o interesse aqui, principalmente a União, com o seu patrimônio representado, de estar aqui degradando o ambiente. Mas nós temos que ver também a questão econômica do Estado, temos que ver todo o social, o contexto social.

Então, Rio Pardo, por exemplo. Rio Pardo: totalmente diferente. Rio Pardo decorre de uma lei federal, que lá em 2010, por conta das instalações das usinas, uma parte daquela floresta nacional foi desmembrada para que se fizesse, que ali fosse criado uma APA, uma área de proteção ambiental.

Naquele tempo, em 2010, eu vou dizer para vocês que foi um mau negócio o que o Governo do Estado fez. Porque as pessoas já não tinham a característica ali de serem pessoas para estar ocupando uma área de proteção ambiental. Hoje nós nos deparamos com o quê? O Estado precisava criar a lei; ele criou a lei, criando a unidade de conservação, a Lei Complementar 581, em 2010, e restou apenas delimitar. O que foi incluso agora nessas 11 unidades de conservação que foram criadas pelos 11 decretos a delimitação dessa área.

Mas Rio Pardo, por exemplo, qual a solução teríamos? Nós vimos aqui que é uma condição estabelecida em uma legislação federal. O Parlamento aqui só pode compor para junto com o SPU, para juntamente com a Sedam, o próprio Instituto do Meio Ambiente, o Ibama, sentar e ver o estudo, ver o que dá para fazer. Alterar a questão do regime jurídico da APA: ser mais permissivo? Isso atenderia aos anseios ou à população que mora lá? É um questionamento a se fazer.

Resex do Jaci. A Resex do Jaci chega a dar uma

tristeza, de saber que esse pessoal investiu num projeto, custeou, fez todo esse projeto, o órgão ambiental acolheu esse projeto. É fato que, quando foi encaminhado para a Assembleia Legislativa, que era o PLC 80, o projeto originário do Governo do Estado acabou desfigurado. Acabou desfigurado. Na ânsia de ajudar, as Emendas acabaram por atrapalhar o projeto, e nem aquela área que era da delimitação do estudo pôde ser objeto de aprovação.

Mas esses três questionamentos, o que a gente vai propor aqui? Nós temos, Deputado Alex e Deputado Pedro, um instrumento próprio legislativo, que são as Comissões Especiais, que são compostas para tratar de determinado tema em um prazo mais exíguo. E o objetivo dessa aqui é reunir todos esses setores, todos esses órgãos, todos os interessados para fazer essa composição e buscar junto aos titulares das ações, porque o que pega mesmo são as ações de reintegrações. Quem são os titulares? É o Governo do Estado e o Ministério Público. Sentar com esse pessoal e ver quais as garantias de que, por exemplo, isso a título hipotético, não vamos seguir com desmatamento, as operações **(ininteligível)**, suspensão desse processo até que chegue um acordo? Eu não sei. É isso que precisa ser encaminhado e é a nossa sugestão técnica aqui a princípio.

Deputado Redano, eu acho que ao representante da Procuradoria do Estado também cabe se manifestar, e o representante da Sedam, se achar por bem.

(Às 13 horas, o Senhor Delegado Lucas passa a Presidência ao Senhor Alex Redano)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deputado Lucas, vou pedir para Vossa Excelência continuar presidindo. Só vou resolver alguns probleminhas aqui. Depois de minutos, já estou de volta.

(Às 13 horas e 01 minutos, o Senhor Alex Redano passa a Presidência ao Senhor Delegado Lucas)

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Eu quero justificar aqui a ausência do nosso Secretário de Cultura, o Janderson Dalazen, que precisou retirar-se por compromisso da pasta. E a ausência momentânea, agora recém-anunciada, do nosso Presidente da reunião, o Deputado Alex Redano.

Eu vou tomar aqui a indelicadeza de pedir ao senhor que repita a pergunta por uma culpa minha, que fui ali comentar com ele uma curiosidade que surgiu e fiz com que ele perdesse o momento de entender vossa pergunta. Então, se o senhor puder repeti-la, não por culpa dele, mas por culpa minha.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - O Doutor Matheus? O Doutor Matheus conhece essa história do princípio ao fim. Acredito que não há necessidade de repetir o questionamento, Doutor Matheus, mas eu estou sugerindo ou pedindo a sugestão

do órgão, da Procuradoria, quanto a que procedimento nós podemos adotar para caminhar nessas questões que envolvem as ações de reintegração do Bico do Parque, da Resex do Jaci e da APA do Rio Pardo.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Vou abrir aqui para o Doutor Matheus, Procurador do Estado, para que faça a resposta e, a partir daí, a gente segue com as demais pessoas inscritas.

O SR. MATHEUS CARVALHO DANTAS – Em primeiro lugar, bom dia a todos. Gostaria de agradecer aqui de antemão pelo convite e cumprimentar aqui o Deputado Lucas Torres, o Deputado Pedro Fernandes, em nome de quem cumprimento as demais autoridades. E dizer que estamos à disposição para esclarecer o que for necessário em relação a essas questões que são tão complexas e que demandam um diálogo intenso entre todas as instituições que são responsáveis pela regularização fundiária, pela gestão ambiental do Estado. Enfim, por todos esses temas que são tão caros ao nosso Estado.

Eu ouvi atentamente aqui a fala de todos e eu acho que já deu para perceber que não é um tema que tem uma solução única. Nós temos várias áreas no Estado. Cada uma tem sua peculiaridade, cada uma tem uma situação jurídica diferente, cada uma está sujeita a um regime jurídico diferente, tanto do ponto de vista fundiário quanto do ponto de vista ambiental. Às vezes, a gente fala, genericamente, “unidade de conservação”, mas existem diversas categorias de unidade de conservação. E cada categoria tem um regime jurídico diferente. Algumas são mais flexíveis, outras são menos flexíveis. E a solução para cada uma dessas unidades de conservação varia em função do seu regime jurídico. Então, nós temos aqui três unidades de conservação que são bem diferentes. Aliás, três áreas, porque uma não é unidade de conservação, como já foi bem explicado aqui pelos deputados e advogados que me antecederam, que é o Bico do Parque.

Uma situação é a APA do Rio Pardo e a FES do Rio Pardo. Outra situação é Jaci-Paraná. E uma terceira situação é o Bico do Parque. Em relação à APA do Rio Pardo, é preciso dizer o seguinte: o Estado é réu numa Ação Civil Pública que foi proposta em 2014 pelo Ministério Público, que condenou o Estado a adotar uma série de providências em relação aos ocupantes dessa área.

Como Doutor Doca muito bem lembrou aqui, essa área onde hoje está situada a APA do Rio Pardo, até 2010, integrava a Floresta Nacional do Bom Futuro. Então, houve um acordo entre o Estado de Rondônia e a União para essa área ser repassada para o Estado e em contrapartida, o Estado criar nessa mesma área uma APA e uma FES foi isso que o Estado fez. A APA e a FES do Rio Pardo, a Área de Proteção Ambiental do Rio Pardo e a Floresta Estadual do Rio Pardo foram criadas por uma lei, Lei nº 581, desta Assembleia Legislativa em cumprimento a esse acordo.

E o que aconteceu? Em 2014 o Ministério Público entrou com essa ação pedindo que o Estado regulamentasse essas duas áreas. Porque elas foram criadas por lei, mas nunca houve uma regulamentação. O que é regulamentar? Quais são as pessoas que podem ocupar essas áreas? Quais são as atividades econômicas que são permitidas lá? Qual é o tamanho da área que cada pode ocupar? Então, todas essas questões estavam pendentes até 2014.

Houve essa Ação Civil Pública, o Estado foi condenado em primeira instância, foi condenado em segunda instância e a sentença transitou em julgado. E hoje nós estamos em uma fase de cumprimento. Depois a Sepat pode explicar melhor aqui. O que nós estamos fazendo em Rio Pardo? Nós estamos primeiro fazendo um levantamento de quais são as pessoas que estão lá, qual é o perfil dessas pessoas que estão lá, qual é o tamanho das áreas por essas pessoas e quantas pessoas estão lá. Quando nós tivermos todos esses dados, todas aquelas pessoas que puderem se regularizar, que puderem se enquadrar na situação que foi descrita na sentença, elas vão permanecer lá.

Pode ser que inicialmente um grande número de pessoas não consiga se enquadrar, mas o objetivo do Estado é o quê? Trabalhar para que essas pessoas, e não existe solução fácil — eu volto a dizer aqui —, porque a sentença traz uma série de requisitos. Então, por exemplo, não pode ter uma área maior do que 240 hectares, é preciso que tenha um perfil de pequeno agricultor familiar.

Todas as pessoas que pudessem se enquadrar nesses requisitos vão permanecer lá. E se não se enquadrar? Bom, essas pessoas não vão ser arrancadas de lá, elas não vão ser retiradas de lá, todas vão ter direito a um devido processo legal e tudo. Nós esperamos não precisar chegar até esse ponto, e nós sabemos que a situação mudou muito de 2014 para cá. Então, há esse debate também. Será que esses requisitos que foram fixados na sentença, o autor da ação ainda concorda com eles? Então, esse debate ainda está em aberto.

Mas, Rio Pardo é uma situação que eu reputo de todas a mais simples, deputado. Porque a Área de Proteção Ambiental é a unidade de conservação que tem o regime mais flexível. É a que o Estado tem mais margem. Então, na Área de Proteção Ambiental é possível a ocupação de pessoas. É possível a existência até de imóveis privados. É possível a existência de atividades econômicas. Então, tudo isso é possível.

E eu acho que com um diálogo e eu endosso aqui a fala do Deputado Pedro Fernandes, é preciso envolver também os órgãos de controle porque a Procuradoria-Geral do Estado e a Sedam estão sujeitas a uma legislação e existem órgãos que controlam o cumprimento dessa legislação.

Então, nós temos pouca margem de decisão, e com o envolvimento dos órgãos de controle, quem sabe nós conseguimos pensar em soluções alternativas dentro do que o nosso quadro constitucional permite.

Então, em relação a essas três áreas eu reputo

que Rio Pardo é a que tem solução mais fácil, digamos assim, do ponto de vista jurídico.

O Bico do Parque. O Bico do Parque como já foi explicado aqui, não integra o Parque, mas está sob um regime de proteção ambiental por força do zoneamento do Estado. Nós temos uma decisão que determina a desocupação do Bico. Essa decisão está pendente de cumprimento. E o que eu poderia dizer é o seguinte: o Bico do Parque hoje não admite nenhum tipo de ocupação. E tem uma razão para isso, além da razão jurídica.

Se nós olharmos o mapa que foi exposto aqui anteriormente pelo Doutor Docca, nós vamos ver o seguinte, que o Bico fica em uma das regiões mais sensíveis do Estado, do ponto de vista ecológico. Por quê? Porque logo abaixo do Bico - o Bico é essa região que está na cor rosa ali em cima, para quem não conhece (**referindo-se à imagem no telão**) —, logo abaixo do Bico, nós temos o Parque Estadual de Guajará-Mirim — que é essa região em vermelho, que é uma Unidade de Conservação de proteção integral, que não admite nenhum tipo de ocupação humana. É uma área 200 mil hectares, que está relativamente preservada ainda. Não sei de que data é essa imagem, mas o Parque, dentro das unidades de conservações estaduais ainda é uma unidade de conservação considerada preservada.

Então, nós temos a situação que abaixo do Bico nós temos o Parque e acima do Bico, nessa região que os senhores veem, nós temos ali a Terra Indígena Karipuna. Então, o Bico forma um corredor ecológico entre a Terra Indígena Karipuna. E logo abaixo do Parque, a imagem aqui não mostra, nós temos um mosaico de unidades de conservação de terras indígenas: Uru-Eu-Wau-Wau, Pacaás, Terra Indígena Lages, uma série de terras indígenas.

Então é uma região super-sensível, do ponto de vista ecológico. Às vezes a gente fala: "Ah, o Bico é só 4 mil hectares, não é"? Eu não me recordo aqui se é 4 mil ou 5 mil, mas é uma região, uma área relativamente pequena. Sim, é uma área relativamente pequena. Mas, do ponto de vista ecológico é muito relevante, porque é uma área estratégica.

E aí, Deputado Delegado Lucas, Deputado Pedro Fernandes, eu lanço aqui uma ideia: quem sabe, não é, pensando do ponto de vista macro, não seja o caso de manter o Bico? E de se pensar em levar essas pessoas que possuem um perfil de pequeno agricultor, que se enquadram em alguma hipótese de ser beneficiário da reforma agrária ou de algum tipo de benefício fundiário, deslocar essas pessoas para alguma outra região do Estado? Porque não é uma área tão grande. Talvez isso não seja tão difícil.

Talvez isso seja mais fácil de se fazer do que a gente enveredar por uma discussão que pode levar muitos anos. Porque eu me pergunto se a União vai concordar, também, em abrir mão dessa área, considerando a importância estratégica dela, não é?

Então, talvez a solução mais fácil para o Bico do Parque — e aqui eu estou lançando uma ideia, claro que

nós não temos esse poder de decisão na Procuradoria —, talvez a solução mais fácil para o Bico do Parque seja, realmente, fazer o levantamento das pessoas que atendem algum critério legal para serem beneficiários ou da reforma agrária ou regulação fundiária, e elas serem deslocadas para uma outra área, porque não é uma área tão grande, 4 mil hectares.

De todas essas situações aqui descritas, a que eu reputo mais complexa é Jaci-Paraná. É uma área que é uma unidade de conservação que foi criada em 1996, no contexto do Planaflo, o Estado recebeu recursos do Banco Mundial e da União para criar Jaci. Então, nós temos aí também um compromisso financeiro que foi feito. Nós temos uma situação também que eu acho que é muito importante mencionar, é que em Jaci, Jaci-Paraná foi criada com o um objetivo específico que foi atender os extrativistas que ali residiam, na época em que ela foi criada.

Então é muito importante, também, Deputado Delegado Lucas, Deputado Pedro Fernandes, pensando em uma solução duradoura — e aí eu não sei qual seria a solução. Eu me refiro à solução do conflito socioambiental como um todo. Eu não vejo como nós chegarmos a uma solução duradoura, em Jaci-Paraná sem que nós envolvamos também essas pessoas, sem envolvermos também os extrativistas que ali residiam. É importante que eles também falem e sejam ouvidos.

Então, Jaci-Paraná, hoje, eu reputo a situação mais complexa, porque ela foi criada com a finalidade específica, é uma reserva extrativista, tem um regime jurídico específico, não admite as atividades que hoje são desenvolvidas lá. E nós temos uma situação que é o seguinte: a Assembleia Legislativa já aprovou, por duas vezes, leis extinguindo essa unidade de conservação e as leis foram julgadas inconstitucionais.

Então, parece claro que essa solução legislativa não é, eu diria assim, a mais adequada talvez, no momento, sem que haja uma reflexão maior, considerando essas decisões que já foram proferidas pelo Tribunal de Justiça.

No mais, deputados, a Procuradoria está à disposição para todos os esclarecimentos que forem necessários. Estou aberto a perguntas e estamos à disposição.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Doutor Doca, quer fazer alguma sugestão para a condução?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – O explanado pelo Doutor Matheus já é do nosso conhecimento e ele também já nos subsidiou em outras reuniões. Isso, realmente, são fatos e nós estamos vendo a posição do ponto de vista jurídico. Então, Deputado Delegado Lucas, se não houver mais questionamentos... A Sedam quer se manifestar, o Hueriqui?

O SR. HUERIQUI CHARLES LOPES PEREIRA – **(responde sinalizando “não” com a cabeça)**

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – É porque nós estamos tratando, a priori, aqui, das questões de ordem mais técnico-jurídicas da busca. Então, antes do encaminhamento final, vamos ouvir as outras pessoas e, depois, a gente faz o encaminhamento dessa Comissão para a constituição dela.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Seguindo a ordem de pessoas inscritas, a palavra vai agora para o Vereador Zé Ceará, da Câmara Municipal de Alto Paraíso.

O SR. JOSÉ OLIVEIRA DE LIMA (Zé Ceará) – Boa tarde a todos. Não é mais bom dia, mesmo sem almoço. Eu quero cumprimentar o Deputado Delegado Lucas, o meu ex-presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alex Redano, que é um dos responsáveis por esta reunião. Também o nosso Deputado Pedro Fernandes, que está presente. Deputado Pedro Fernandes, sou vizinho do Tonho Fogaça, lá, do seu parente, lá na Linha 110.

Quero cumprimentar as demais autoridades que aqui estão; em nome do meu Presidente da Câmara de Alto Paraíso, cumprimentar os demais. E dizer a Vossas Excelências que estão de parabéns os Deputados Lucas Torres, Pedro Fernandes e Alex Redano, meu Presidente, meu deputado, e os demais estão todos de parabéns, têm encabeçado essa situação. Nós somos vereadores ali no Município de Alto Paraíso e as pessoas procuram muito a gente. “E agora, vereador, o que é que nós vamos fazer com essa situação?” Vossas excelências sabem que os vereadores são o saco de pancadas da comunidade, é quem primeiro leva a porrada, é o vereador.

Então, falando dessa situação, essa questão ambiental é uma questão bem séria. E eu lembro que eu ainda morava no Nordeste antes de 1997, antes de vir para cá, e meus avós já falavam que o pessoal estava trazendo gente do Nordeste, às vezes da Bahia, de Pernambuco, da Paraíba, de todos os Estados da Federação para virem para Rondônia, porque tinha que abrir Rondônia e tinha que desmatar.

Hoje, a gente sabe que tem que trabalhar, sim, com responsabilidade, mas sabemos que essas pessoas precisam trabalhar. Nós temos agricultor, pequeno agricultor que veio para trabalhar aqui em Rondônia e precisa tirar o sustento para sua família. Então, nós sabemos que precisa trazer os direitos humanos para dentro dessa história — Vossa Excelência falou que faz parte da Comissão de Direitos Humanos —, para que de fato os direitos humanos funcionem e ajudem todos a tomar uma decisão correta. Porque, ultimamente, a gente assiste jornal e até tem hora que dá vontade de desistir, porque os direitos humanos têm apoiado muito vagabundo, traficante e bandido, e o cidadão que trabalha para tirar o sustento da sua família, pouco os direitos humanos veem isso.

Então, quero pedir a Vossas Excelências que façam essa comissão e que trabalhem todos com responsabilidade. Tragam o Inbra, tragam todos os órgãos competentes do Governo do Estado e do Governo

Federal para essa discussão, para que seja trabalhado com muita responsabilidade. Sabemos que o pequeno às vezes derruba dois, três alqueires de mato para tirar o sustento da sua família e ele às vezes é penalizado, enquanto pessoas derrubam às vezes 500 mil alqueires e não é penalizado por isso. Por que, eu não sei dizer o porquê. Todos sabem o porquê.

Então, nós sabemos que temos que trabalhar todos com responsabilidade. Nós temos aí, sabemos que temos grandes fazendeiros, que nem o governador que criou 11 reservas no Estado de Rondônia, a gente tem informação, tem propriedade dele com 20 mil hectares. E por que não pegar metade dessa propriedade também para fazer uma reserva ambiental? Eu acho que precisa disso. Eu acho que cada um tem que fazer a sua parte, dar sua parcela de contribuição, trabalhar com responsabilidade.

E eu acho que o agricultor, se der condições para ele — que nem o Deputado Pedro falou — eu acho que ele mesmo cuida da propriedade. Não precisava nem do Ibama chegar na propriedade dele e dizer: “Senhor José, o senhor tem o que aqui de terra?”, “Eu tenho uma chácara de 16 alqueires.”, “Então, a gente vai aqui pagar um salário para você comprar o feijão com arroz e o senhor vai reflorestar dois alqueires ou três da sua propriedade. E aqui o senhor mesmo vai cuidar para que ninguém tire uma folha dessa propriedade.” Então, eu mesmo podia cuidar da minha propriedade e da minha reserva para que todo mundo tivesse três ou quatro alqueires de reserva. Eu acho que seria importante. Então, aqui eu quero só parabenizar. Estou usando a palavra para parabenizar a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, porque demos uma procuração para Vossas Excelências serem a voz da gente, que é pequeno, que é agricultor nesse Estado de Rondônia, e buscar solução para os problemas.

Então nós estamos aí com um grande problema, não só em Rondônia, mas no Brasil inteiro, mas para isso nós temos nossas autoridades competentes, Ministério Público, toda a Justiça e os deputados estaduais, federais, senadores, governadores, Presidente da República. Eu acho que todos têm culpa na situação, porque se não era para desmatar Rondônia, se não era para desmatar o Brasil, para abrir, que tivesse feito o seguinte: não tivesse deixado ninguém entrar e deixasse todo mundo morrer de fome, porque aí não existia a nação brasileira se não tivesse o agricultor, se não tivesse o produtor.

Muito obrigado. Eu peço a Vossas Excelências que vejam isso com muito carinho, que a gente tem um respeito muito grande por todas entidades, mas que nós precisamos de trabalhar e somos muito cobrados, principalmente, pelos agricultores, pelo produtor, pelo agronegócio, que é quem tem tocado a economia desse país para frente. Muito obrigado. Deus abençoe a todos.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Isso mesmo, vereador. Se o homem do campo não planta, o da cidade não janta. E o senhor falou muito bem. De fato, o maior fiscal do meio ambiente, quem tem

o melhor potencial para fazer isso, a maior capacidade é o produtor rural. Se essa verba de fiscalização fosse convertida de alguma maneira para beneficiar o produtor, para que garantisse que a propriedade, que a floresta ficasse de pé, eu tenho certeza que aí, sim, seria eficaz. Quem sabe nós caminharíamos com isso como nação. Abrir agora a palavra ao senhor Odilon Caetano, o Odilon do Minas Novas, ali em cima, no plenário. Pode ficar à vontade, Odilon.

O SR. ODILON CAETANO FELIPE - Boa tarde. Boa tarde a todos os deputados, eu até quero fazer uma referência, deputado, que eu acho que só tem reserva no Vale do Jamari, eu acho que os outros municípios não têm, porque eu estou vendo mais os deputados do Vale do Jamari.

Quero agradecer aqui ao Deputado Pedro Fernandes e quero dizer a você, Deputado Delegado Lucas, que eu tenho uma honra de estar aqui na sua frente e para você, eu tiro o chapéu, pelo trabalho brilhoso que você faz e fez em nossa cidade de Buritis. Deputado Delegado Lucas eu acho o seguinte, foi falado muita coisa aqui. Foi falado em parcerias, foi falado em reunião, foi falado em algumas coisas importantes. Eu queria só deixar claro uma coisa: que nenhum produtor, nenhum de nós entrou pelos fundos. Entramos pela frente, com GTA (Guia de Transporte Animal), com nota produtora e com autorização do Estado. Todos nós fizemos isso. O Idaron (Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia) foi na minha propriedade, tirou um ponto GPS - quando eu desmatei, há vinte anos atrás -, e me deu uma autorização de levar o gado. Comprei caminhonete com desconto rural e etc. Então, o Estado tem realmente uma culpa muito grande. Se tem alguém culpado nessa história é o Estado. Se tem alguém que tem que pagar pelo desmatamento, pelo sofrimento, porque eu sou goiano, eu conheço reservas, eu sou agricultor desde que nasci.

Eu nunca vi, é impossível, em qualquer Estado do Brasil uma pessoa chegar e tirar uma nota produtora, tirar um GTA para levar 200, 300 cabeças de gado para uma reserva, isso é impossível. E agora, eu vejo falar assim, reserva, reserva, meu Deus, que reserva é essa? Onde existe uma reserva que permite que eu leve o boi? Que permite que eu seja produtor rural? Que permite que vai energia elétrica? Nós estamos em uma reserva onde tem energia elétrica, onde tem escola, onde tem ônibus. Caramba! Eu conheço reserva, rapaz. Eu sou goiano, sou brasileiro. Eu nunca vi falar que existe, no Brasil, uma reserva onde o governo leva energia para o povo, você está entendendo?

Aí eu fico me perguntando: eu vendo boi para São Paulo, eu vendo boi para qualquer lugar do mundo, com nota produtora. E o cara diz: “É uma reserva”. Isso tem que ser visto - parabéns por vocês estarem fazendo esse trabalho -, e outra coisa, eu acho que vocês deveriam fazer o que eu falei: uma reunião entre nós, produtores, e o meio ambiente.

As pessoas do meio ambiente têm que entender o

seguinte: nós podemos fazer um acordo: "fogo zero"; "desmatamento zero". Vai poluir muito menos a partir do dia que nós não queimarmos, porque o que você vê de fogo por todo lado. Vamos fazer um acordo.

Você falou uma palavra inteligente, Deputado Pedro Fernandes, de chamar o Ministério Público. Nós já fizemos alguma reunião com eles. Chama eles para nos ouvir e vamos sentar em uma mesa redonda. E vamos dizer assim: "Então, vamos fazer o seguinte: o Estado entra com a fiscalização junto com o produtor, "fogo zero"; "desmatamento zero"; "tirada de madeira zero". Em troca disso, o produtor tem uma carta de posse. Era tão mais fácil - aí quem está desmatando hoje, aí tudo bem, é outra coisa porque está cometendo o crime, hoje.

Então, eu acho que é o seguinte: nós já falamos disso não é, Deputado Delegado Lucas? Se a polícia encontrar um cara matando, ela tem que prender; mas, se você achar um corpo morto, quem vai julgar é o juiz - vai fazer uma vistoria. Então, o que eu acho, o que está acontecendo conosco hoje, Deputado Lucas, é que nós tivemos uma autorização de fazer, nós tivemos o direito de plantar - eu estou falando de mim.

Eu estou com 20 anos, produzindo, em uma reserva, onde eu vendo boi para qualquer lugar do Brasil, com nota produtora e dizendo que você está em uma reserva. Espera aí, é reserva? Eu não estou entendendo isso, não! Que reserva é essa? Eu estou falando de mim. Sou eu, Odilon, com CPF 281.256.301-04. Eu vendo boi para todo lugar. "Não, mas você está em uma reserva." Eu fico perguntando para mim: Meu Deus, será que eu estou no Brasil? Será que isso aqui é Brasil?

Então, deputado, eu queria dizer para vocês o seguinte: vamos fazer essa parceria, eu acho que é uma negociação, cada um entra com uma parte. O agricultor entra com uma parte: "fogo zero", "desmatamento zero". Hoje nós temos tecnologia, é tão mais fácil nós captarmos uma pessoa desmatando. É tão mais fácil nós captarmos uma pessoa tirando madeira irregular. É tão mais fácil nós vermos uma pessoa queimando. O Brasil tem uma tecnologia muito avançada, nós podemos fiscalizar daqui.

Agora, o que eu acho é o seguinte, eu acho que nós podemos fazer uma parceria, deputado. Eu acho que tem que ser uma parceria de todos, porque só os deputados, não conseguem. O Ministério Público vai sempre fazendo o trabalho deles - que é o trabalho deles -, e os pecuaristas, o trabalho deles. Eu até, inclusive, eu estava brincando ali quando vocês estavam falando. Eu falei: "Cara, eu queria ser político, em Rondônia." Aí a menina falou: "Por quê?" Eu falei: "Por quê? A melhor coisa do mundo é Rondônia porque se defende o produtor que quer trabalhar." Eu quero produzir, enquanto os outros Estados é roubo, é assalto, é não sei o quê, e tal. Aqui em Rondônia... O que vocês querem fazer? Eu quero produzir.

"Mas, não pode produzir." Cara, eu quero produzir para vocês comerem. Eu quero produzir. "Não, você não pode produzir." Oh, Estado bom de trabalhar,

não é, Deputado Pedro? Você defendendo o produtor que quer produzir. Nós estamos aqui dizendo: nós queremos produzir, gente, nós só queremos produzir, nós não queremos nada. "Não, vocês não podem produzir, vocês têm que roubar."

Então, eu acho, deputado, que hoje vocês têm uma arma na mão, uma ferramenta na mão, nos chama, "fogo zero", "desmatamento zero" e em troca disso, vocês vão ter isso. Porque também, eu acho que o povo tem responsabilidade. Eu acho que vocês não podem fazer um trabalho sozinho. Coloca a gente, "Olha, se você desmatar,..." "Ah, mas vou esperar regularizar, não, espero não." "Se você desmatar, você vai ser penalizado. Se você botar fogo, você vai ser penalizado. E vai fazer o seguinte: "fogo zero", "desmatamento zero" e você vai ter esse benefício." Porque, quando o cara fala assim: "Olha, se você for de casa em casa pedindo voto, você vira deputado." Não foi assim que você virou deputado? Não foi assim que você virou?

Então, você vai fazer um trabalho de "fogo zero", "desmatamento zero", em troca você vai ter um benefício. Eu acho que assim a gente chegaria a uma conclusão. Seria uma solução. Assim a gente chegaria ao bom senso, sabe. Porque se nós ficarmos discutindo e o Ministério Público fazendo o trabalho dele ou desfazendo o trabalho dele, e o povo lá no mato fazendo o trabalho, botando fogo, derrubando, desmantando, vendendo madeira, fazendo isso, fazendo aquilo, nunca vai chegar a uma conclusão.

E aquilo que a gente falou, eu até falei que acho que só tem reserva, observando ali, no Vale do Jamari. Quero parabenizar vocês, por quê? Porque eu vejo que em todo o Estado de Rondônia tem reserva. Mas, gente, analisa o PIB deste Estado, o que faz parte do PIB deste Estado é a produção.

Então, eu quero dizer isso, deputado. Nós estamos abertos a fazer... O senhor falou uma palavra inteligente, vamos chamar o Ministério Público, vamos chamar os órgãos ambientais e vamos fazer um acordo. Porque tem uma coisa Deputado Delegado Lucas, que eu vou falar para vocês: ou regulariza ou tira. Para de fazer isso. Vamos chegar no Ministério Público: "vamos para um acordo." "Ah, vou deixar mais 10 anos." Por que 10 anos? Para o meu filho perder mais 10 anos de vida lá sonhando, esperando. Porque matar não é só tirar a vida.

Eu costumo falar que tem muitas mortes no mundo. Tem muitas mortes. Quando você mata o sonho de um homem, de uma família, você matou ela. Ela morreu. É o que a gente sabe fazer, produzir. A gente não sabe fazer mais nada.

E eu quero parabenizar vocês. Vocês são uns parceiros que não tem como falar outra palavra de vocês. Parabéns. Parabéns, Vale do Jamari. E eu esperava ver hoje aqui 10, porque são vinte e poucos deputados representando um Estado do tamanho de algum município de outro Estado. Eu que sou um cara bem vivido conheço o Brasil. Tem município do tamanho do Estado de Rondônia. E aqui a gente vê município que

tem tanta reserva, eu estou vendo vocês aqui com esse esforço, nos ouvindo. Parabéns. Parabéns. Parabéns para vocês.

Vamos continuar fazer isso, mas eu acho que precisa somar. Chamar o governador. "Ah, quem fez foi o outro governo." Mas, ninguém é dono do Estado. Um governo passa governando e outro vem. Ontem era o Bolsonaro, hoje é o Lula, amanhã é outro e vai assim. Agora, o governo foi omisso conosco. Não foi ninguém que foi omisso, não foi meio ambiente, não foi ninguém. Foi o governo. O governo nos deu GTA. O governo nos deu uma nota produtora. O governo levou energia elétrica para nós. E depois chega lá e fala: "Vocês não podem ficar aí." "Espere aí. Espere aí, governador. Que safadeza é essa? Por que você fez tudo certinho para nós, nos enganou? Enganou meu filho, enganou meu neto, meu bisneto, porque ele está ali pensando que é dele. Ah, chegou energia. Fizemos três dias de festa."
(falha no microfone)

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Voltou.

O SR. ODILON CAETANO FELIPE – Já falei muito. Acho que já estava na hora de eu parar mesmo. Eu só queria agradecer vocês e dizer que, na minha opinião, seria uma parceria. O produtor também tem que ter um respeito. E nós fazer uma responsabilidade, um levantamento, "fogo zero", "desmatamento zero" em troca você teria isso. A vida é uma troca. E vocês chamassem o Ministério Público e fizessem essa negociação. Eu acho que todos ganham, mas nós também precisamos nos responsabilizar pelos atos que nós fazemos.

Seriam essas as minhas palavras. Agradecer a vocês pela atenção. Muito obrigado e que Deus abençoe a cada um de nós. E que no futuro tenhamos reuniões melhores. Obrigado, Deputado Alex Redano, Deputado Delegado Lucas, Deputado Pedro Fernandes. Obrigado.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Odilon, parabenizar você pela sua fala. Esclarecer que não fomos nós que cortamos o seu microfone.

E te dizer Odilon, que você tem plena razão quando fala que o Estado permitiu que as pessoas ocupassem. Nós vemos em muitos casos, Doutor Matheus, o Estado agindo contra o próprio Estado. O nosso prefeito de Buritis teve que se ausentar, justificou, teve um compromisso na Caixa Econômica, mas ele poderia testemunhar, se ainda estivesse aqui.

Em certa ocasião, Odilon, o prefeito de Buritis foi notificado pelo Ministério Público Estadual que ele não poderia levar ninguém para a escola de Minas Novas. "Pode parar de levar aluno para lá." E o Ministério Público Federal falou: "Você está fechando a escola? Espera aí." E notificou ele. E ele falou: "Não, gente, vocês têm que sentar e decidir o que vai ser feito."

Então, o Estado precisa dialogar. E nós acreditamos e eu tenho certeza, da experiência que eu já tive nesses poucos meses de mandato, Deputado Alex

e Deputado Pedro, visitando a Procuradoria, visitando o Ministério Público, visitando os órgãos que estão atores nesse processo, que nós temos a possibilidade de alinhar esse diálogo, Odilon. Precisa apenas de uma mesa redonda sem cabeceira, em que todos possam ouvir as partes e entender que nós todos queremos a mesma coisa, que é o bem, o melhor de Rondônia, que é o bem, o melhor da nossa população, preservando o meio ambiente.

Você está, Odilon, produzindo há mais de 20 anos produzindo e está propondo acabar com o desmatamento, fazer um acordo, colocar o seu CPF para não ter mais queimadas, enfim. Eu acredito que só falta que haja um alinhamento. E a Assembleia Legislativa, como a voz do povo, a casa do povo, esse Parlamento é o local adequado para que haja esse diálogo. E da nossa parte, nós continuaremos fazendo aquilo que for possível para avançar nesse sentido.

Hoje, o nosso Procurador do Estado adiantou que existem situações mais fáceis, como Rio Pardo, algumas mais difíceis, mas nenhuma impossível. E nós poderíamos buscar essas soluções, não é, Doutor Doca? Com fé em Deus. Porque Rondônia precisa disso e o produtor também, e as gerações futuras mais ainda.

A palavra, então, agora nós passaremos ao Doutor Orleilson Tavares Mendes, advogado, representando a Associação de Jacinópolis.

O SR. ORLEILSON TAVARES MENDES - Boa tarde a todos os Deputados. Boa tarde às autoridades aqui presentes; ao Procurador do Estado, o Doutor Matheus; a todos os presentes aqui; ao Doutor Renan Maldonado, que tive a honra de ser aluno dele, uma pessoa bem comprometida.

E eu vim aqui à presença de Vossas Excelências, que há muito tempo eu venho me debruçando sobre a criação dessas unidades de conservação. Eu acho importante aqui a Casa de Leis trazer esse debate para a sociedade e que a verdade seja trazida à tona, toda a verdade seja trazida à tona, porque algumas coisas ficam escondidas e não são faladas, e às vezes a pessoa tem que ter coragem para falar o que tem que ser dito.

E eu vim aqui, na presença de Vossas Excelências, trazer a verdade a Vossas Excelências da criação do Parque Estadual de Guajará-Mirim. Eu vou me limitar ao Parque. Inicialmente, temos que compreender que a administração pública se norteia pelo princípio da legalidade estrita, onde todos que estão na função pública têm que aplicar a lei de ofício. Isso não é o Doutor Orleilson que está falando, isso é consagrado no nosso ordenamento jurídico.

E ao olhar o processo, que foi iniciado de transferência dessas áreas na SPU para o Estado de Rondônia, observamos muitas e muitas irregularidades que foram cometidas e que estão escondidas e não são trazidas à sociedade. Muitas são. A princípio, a própria criação do Parque, que foi feita em 1990 pelo Governador Jerônimo Santana, por meio do Decreto 4.575, que no artigo 1º, ele delimita a área do Parque com 258 mil m²,

258 mil m² de hectares de área.

E somente em 1995, cinco anos após a criação do Parque, o Estado de Rondônia correu atrás da transferência dessa área, em clara afronta ao que determina o artigo 188 da Constituição Federal, que fala que áreas superiores a 2.500 hectares precisa de prévia autorização do Congresso Nacional. E isso se repete lá no inciso XVII do artigo 49 da Constituição, que fala que é competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar previamente. E nesse artigo 188, a única exceção que tem está lá no § 2º, que fala que, se for para fins de reforma agrária, colonização, essa exceção não existe, não precisa de prévia autorização do Congresso Nacional.

Com isso, o nosso constituinte originário deixou claro a sua intenção de destinar terras públicas para que fosse feita a colonização e reforma agrária, que é uma matéria que há muito aflige o nosso país, não só Rondônia, mas todo o país.

E aí, o Estado de Rondônia inicia esse processo de transferência, solicitando a transferência dessa Gleba Buriti e Gleba Samaúma, que até hoje encontra-se em nome da União. O Incra firma convênio com o Estado de Rondônia para fazer colonização e reforma agrária e criar unidade de conservação também. Porém, a unidade de conservação está na alínea "c", duas alíneas depois, que as alíneas "a" e "b" falam de reforma agrária.

Então, a gente ao analisar o processo de transferência da área, chegamos nessa situação que o próprio Incra, dentro da sua estrutura, tem a sua assessoria jurídica, e ela cabalmente informou que a área não poderia ser transferida ao Estado de Rondônia, porque ela está em faixa de fronteira, está situada na faixa de fronteira. E como ela está situada na faixa de fronteira, ela depende de prévia autorização do CDN, que é o Conselho de Defesa Nacional. E o CDN se manifesta nos autos nesse processo, Vossas Excelências. E o CDN deixa bem claro que essa área pode ser doada ao Estado de Rondônia, mas somente 175 mil hectares dessa área, e não 258 mil hectares, como o Estado criou.

Então, já encontramos aí que a o assentimento prévio dado pelo CDN é somente para 175 mil metros quadrados, contrariando o tamanho do parque, que foi criado.

Em 1995, temos a Lei 700, do Governador Valdir Raupp, que novamente altera os limites do Parque. Então, vejamos bem, o Parque foi criado por um Decreto, um decreto autônomo, uma vez que a Casa de Leis aqui não permitiu através de lei, não permitiu que o governador, por meio de Decreto, criasse unidade de conservação, porque o artigo 65, o inciso V da Constituição Estadual deixa claro que o governador vai expedir decretos para o fiel execução da lei. Então, a lei é necessária para que um decreto seja criado. O decreto não inova no ordenamento jurídico, somente a lei pode inovar.

Em 2001, tivemos a previsão do decreto autônomo, por força da Emenda Constitucional. E pelo princípio da simetria, se o Presidente da República pode, o governador pode. Mas esse decreto autônomo é limitado a algumas situações dentro da própria

administração do Poder Executivo. Então, mesmo com a previsão do decreto autônomo, o Estado não poderia criar unidade de conservação por meio de decreto.

Paralelo a isso, temos a questão também dos bens. A Constituição Federal disciplina os bens da União em um artigo, artigo 20, e os bens do Estado ela separa. Tanto que a Constituição do Estado no artigo 5º fala que inclui entre os bens do Estado não as terras devolutas da União. As terras devolutas da União não se incluem entre os bens do Estado. E o Estado veio passando por cima de tudo, sem obedecer o que determina a lei. Porque a Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza), a Lei 9.985 fala que as unidades de conservação são espaços legalmente instituídos, ou seja, o Princípio da Legalidade impõe que ela tenha uma legalidade em sua criação.

E o Estado de Rondônia, dentro desse processo de transferência das áreas, Vossas Excelências, chegou no Ministério do Exército, porque como a área faz faixa de fronteira, seria importante a manifestação do Ministério do Exército nos autos. E o Ministério do Exército foi contrário à doação da área ao Estado de Rondônia, porque eles entendem que as faixas de fronteira têm que ser colonizadas pelos nossos, pelos brasileiros para que não se perca a nossa cultura.

Então, os espaços de faixa de fronteira têm que ser colonizados e povoados pela nossa nação. E o Estado de Rondônia cria essa unidade de conservação contrário a essas determinações que estão dentro do processo que se encontra na SPU. Todos podem ter acesso a esse processo e ver que tudo que eu estou falando aqui está lá.

O Ministério do Exército sendo contrário à doação, a SPU, então, formaliza a transferência da área ao Ministério do Exército, que fala que não tem orçamento para cuidar da área. E o Incra entende também, na hora de analisar as imagens e as cartas da localidade, fala que tem que ter uma redução dos limites do Parque, porque 30 mil hectares dentro do Parque são terras com títulos definitivos.

Então as pessoas, os particulares que tinham título definitivo lá dentro, o Incra falou que deve ser respeitada essa área. Sem contar os três mil hectares de terra que se sobrepõe à terra dos Uru-Eu-Wau-Wau. O Parque Estadual, hoje se sobrepõe à área indígena. Então, temos mais essa situação.

E com isso, observamos nesse processo de criação do Parque que essa questão da Funai fez com que esse processo ficasse sobrestado. Paralelo a isso a própria SPU encaminha o processo para o Congresso Nacional para que seja dada a autorização legislativa para fazer a doação das áreas. Entretanto, o Congresso Nacional não doa essas áreas ao Estado de Rondônia arquivando o Projeto de Lei que foi encaminhado com essa intenção.

Dessa forma, senhores deputados, para que seja solucionado o caso que vem se arrastando há muitos anos, a minha mãe sempre me falava quando criança. "Meu filho tudo que começa errado tende a dar errado."

Então, Vossas Excelências, a gente tem que sentar, temos que juntar e unir e analisar desde o começo, desde o princípio dessa criação dessas áreas.

O Estado de Rondônia se apega à Portaria 606, do Inbra, que é uma Portaria que nada mais fez do que renunciar ao uso das áreas à SPU que é quem tem de direito o poder para doar ou ceder essas áreas. Até por conta do parágrafo 3º do art. 18 da Lei 9.636 que impõe que as áreas doadas, cedidas ou até mesmo cessão gratuita, dependem de um termo. Elas precisam que haja um Termo de Doação, um instrumento capaz de formalizar essa doação.

Então, o Estado de Rondônia, até hoje essa doação não foi formalizada, porque ela depende de prévia autorização do Congresso Nacional para que essa área seja doada ao Estado de Rondônia, por força do artigo 188 da Constituição Federal.

Essas são algumas das questões que eu trago por conta de o tempo também ser pouco. E temos também, paralelo a isso, a questão que foi levantada muito bem da Lei 1.146. Só que se formos analisar a Lei 1.146, a gente vai encontrar um óbice que está no parágrafo 2º do artigo 27 da Lei Complementar 233/2000. Porque a Lei Complementar 233/2000, no parágrafo que eu falei, impõe que as alterações ou supressão de unidade de conservação será por lei complementar. E a Lei Complementar 233 é de 2000. Já a Lei 1.146 é de 2002.

Então, a gente tem aí uma questão que, se formos analisar a validade da Lei 1.146/2002, sob o prisma da Lei Complementar 233, temos que ela é nula, porque na própria Lei Complementar 233 fala que será nula se não for lei complementar, não é?

E, paralelo a isso, no ano de 2021, temos a Lei 1.089 que, novamente, visou-se alterar os limites do Parque. Essa Lei 1.089 foi declarada inconstitucional. Como ela revogava a Lei 1.146/2002, ocorreu a reconstituição da Lei 1.146, que, hoje, como ela não foi declarada inconstitucional, ela acaba surtindo efeitos.

Muito embora, em 2004, o então Promotor de Justiça e, hoje, Desembargador Miguel Mônico, entrou na esfera federal contra a degradação em que estava o Parque, inclusive o Estado de Rondônia estava no polo passivo da demanda porque abandonou o Parque, — criou o Parque por Decreto e deixou lá abandonado — e, com isso favorece aquele pessoal que retira madeira. Não é o pessoal que planta! Então, criar o Parque, deixar lá um monte de árvores abandonadas, com certeza, essas árvores vão ser retiradas e o desmatamento vai correr solto.

Então, eu venho à presença de Vossas Excelências, também, falar da questão da BR-421, porque nesse documento do CDN, que é Conselho de Defesa Nacional, fala que em todos os atos, inclusive sobre o Parque Estadual de Guajará-Mirim, vai dar o assentimento prévio, com ressalvas. E uma dessas ressalvas é alterar a nomenclatura da unidade de conservação. Mudá-la, porque eles entendem que o Parque não permite pessoas dentro e não vai dar para conciliar a questão da povoação da faixa de fronteira.

Então, o próprio CDN fala dessa ressalva e fala que a construção do Parque não pode ser óbice à construção da BR-421, porque é uma via de vital importância para o desenvolvimento da soberania nacional.

Então, o próprio CDN, junto com o Ministério do Exército, está no processo, Deputado Delegado Lucas, o senhor pode olhar, todas essas informações estão no processo. A questão não é só olhar o agora. A gente tem que olhar lá atrás, juntar esforços e tentar, dentro da legalidade, fazer uma coisa nascer, mas uma coisa certa, uma coisa dentro da lei. Porque você iniciar uma coisa sem que você tenha legalidade dessa coisa, embora seja uma causa nobre, — o meio ambiente é indiscutível, todos nós temos que preservar —, mas temos que plantar, porque sem plantar a gente não vai conseguir comer.

A pandemia veio e provou isso. Não somos suficientes. O Estado de Rondônia, para comer tomate, tem que comprar de Goiás, Deputado Delegado Lucas. Precisa comprar tomate de Goiás. Não temos. Não apoiamos nossos produtores. Por quê? Porque em vez de apoiar, nós marginalizamos os nossos produtores, Deputado Delegado Lucas, e eles, que nem o colega que antecedeu aqui falou, o produtor, só quer plantar, ele só quer trabalhar, entendeu?

Então, Vossas Excelências, o cerne da questão é muito maior do que é posto, do que é falado. Tudo que eu estou falando aqui, o nosso Procurador do Meio Ambiente tem conhecimento dessas informações, porque nós, dentro do processo, passamos todas essas informações. Então, não é uma coisa nova aqui, que eu estou falando.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) - Doutor Orleilson, se o senhor puder encaminhar para a conclusão da sua fala, por gentileza.

O SR. ORLEILSON TAVARES MENDES – Tudo bem. Concluindo aqui é isso. É juntar os esforços, unir todos, para que o nosso Estado se desenvolva dentro da legalidade, porque só assim conseguiremos alcançar, mais lá na frente, uma situação de segurança jurídica. Não podemos viver na insegurança jurídica.

Eu agradeço a presença de todos aqui, o momento que me foi oportunizado. Venho falar em nome dos moradores de Jacinópolis, que estão lá, sofrendo há muito tempo com essa questão, sem dormir, preocupados sobre o que vai fazer. Estão, lá há 30 anos e aí eu venho aqui na Casa do povo trazer o abraço de todos eles aos nobres deputados. E é isso, Vossas Excelências. Eu agradeço muito. Obrigado.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Parabéns, Doutor Orleilson, pela sua dedicação à causa das pessoas que são assistidas por Vossa Excelência. Nos esclareceu aqui todas as nuances do processo que, apenas para que fique registrado, é uma área que compreende todo o Parque Estadual de Guajará-Mirim e não apenas o Bico do Parque, mas ele em toda a sua total

confluência. Está no Poder Judiciário essa questão, vai ser dirimida. Confiamos que o Poder Judiciário adotará as melhores decisões conforme assim for sugerido pela nossa legislação.

Vou dando encaminhamento aqui à fala para a senhora Eni Alves Rocha, representando todos os moradores da Ilha das Flores, em Alta Floresta.

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Boa tarde a todos. Eu agradeço por me darem uma oportunidade, apesar de que eu não sei por que motivo não está falando na Ilha das Flores. Poxa, vocês têm noção do tanto que nós estamos sofrendo? Mas, gente, o que está acontecendo no Estado de Rondônia? Por que o Estado de Rondônia vem fazendo isso com tanto trabalhador? A nossa família saiu do Paraná para vir para cá para trabalhar na roça aqui em Rondônia. Minha família trabalha aqui em Nova Brasilândia. E eu, como sou filha de trabalhador rural, toda vida meu sonho foi mexer com plantio também, mas aí vem essa novidade.

Esse governador que, Deus que me perdoe, eu não quero nem olhar na cara dele, porque é um irresponsável fazer um papel desse. Na saída dele, ele dá essa surpresa para a população, para os trabalhadores. Foi um cara covarde, sabe? Muito covarde fazer uma coisa dessas, criar 11 reservas, e agora para poder desafetar essa reserva, uma dessas reservas aí, criou lá a Ilha das Flores. Quer dizer, desarruma um negócio, desarruma o outro. E aí, como é que nós vamos fazer com essas 11 reservas?

Afinal, o que o Estado está querendo em criar reserva em Rondônia? Rondônia já é pequenininho, já tem reserva para caramba. Daqui a pouquinho, o que vai ser da nossa vida? Tanta gente trabalhadora aqui em Rondônia. Gente, eu nunca vi um lugar de gente trabalhadora que nem tem em Rondônia, sabe? Enquanto São Paulo, Rio de Janeiro estão lá com a bandidagem dos infernos, só bandido, só bandido. Aqui em Rondônia nós estamos brigando para trabalhar. Nós estamos querendo trabalhar. E esse infeliz cria 11 reservas do Estado de Rondônia. Que covardia, hein?!

Gente, vocês têm noção, depois que eu vi na televisão que a minha terra, que a terra da nossa região toda virou a ser reserva? Gente, quem é que dorme com uma coisa dessas? Você passar a vida inteira para conseguir uma área de terra, os infelizes jogam uma reserva em cima da sua terra sem mais nem menos. Gente, eu chorei demais. Eu fiquei um bagaço, mais de 60 dias chorando depressiva. Eu fiquei, assim, em uma situação que eu não podia sair na rua. Eu tive vergonha dos meus filhos, eu tive vergonha dos meus pais, porque eu estava em uma situação daquela. É uma humilhação para uma pessoa trabalhadora que nem eu, trabalhei minha vida inteira.

Eu estou com 60 anos agora, 60 anos que eu intentei trabalhando dentro da roça, até Porto Velho, trabalhando. Eu nunca fiz uma coisa na minha vida, nem casar, para dizer a verdade para vocês, que eu não tive nem tempo de casar. Sabe por quê? Só tive que

trabalhar na minha vida. É difícil ter uma mulher que trabalha como eu trabalhei para adquirir meu pedaço de terra. E hoje? Sabe o que eles chamam lá? Reserva Estadual Ilha das Flores em uma terra que eu conquistei. E essas pessoas que estão mexendo com essas reservas também, eu garanto a vocês, não tem nenhum deles que está sofrendo menos do que eu. Eu estou chorando aqui porque eu sou uma mulher. Uma mulher, se ela não pode matar um, ela não pode bater, ela chora, entendeu? Eu mesma posso fazer nada. Se eu pudesse pegar esse Confúcio Moura, eu acho que ao menos bater nele eu dava, porque eu tenho ódio de pensar naquele homem. Ele não é um ser humano, ele não foi humano com a população trabalhadora. Ele é um cara que toda a vida teve poder, ele não sabe o que é um trabalho na roça pesado. Eu garanto que aquele infeliz nunca trabalhou em uma roça, puxou uma enxada que nem puxei. Eu puxei muita enxada a minha vida inteira. Eu trabalho dia e noite para manter minha vida digna.

Todos nós aqui trabalhamos com dignidade, todo mundo que está brigando aqui por essas terras são gente que tem vergonha na cara, que pagam, que apenas querem o documento, vai lá dentro do Incra e pede. Olha, eu mesma tenho pedido da titulação. Me dá o título. Eu quero pagar por minha terra. Mas, você não recebe o título. Tem uma trava lá dentro do Incra, parece que é tudo combinado, sabe? Você pede a titulação, você quer ser honesto, você quer pagar por sua terra, mas você não recebe o título. Você não consegue fazer um empréstimo, você não consegue fazer nada, porque tem tudo uma trava. Parece que o interesse é só fazer reserva para tomar nossas terras tudo de mão beijada, sabe?

Por que não chega e não vê quanto que eu quero na minha área? Quem sabe eu aceito e saio fora e nunca mais na minha vida eu quero ter terra? Porque isso é muito sofrimento. É muita humilhação. Cada um de nós produtores aqui, o que nós estamos passando, o Estado está fazendo sabe o quê? A gente ser humilhado, ser tratado pior do que cachorro. Vocês já viram lugar em que o trabalhador, que o produtor rural, que o plantador de café, que o trabalhador na sua rocinha pequena, que eles têm um sítio, que eles têm uma fazenda, ele deveria ser aplaudido de pé, ele deveria ser protegido pelo Estado.

A Sedam tem esse negócio, chega lá, chega tocando o terror, sabe? Às vezes, o fogo pega lá, eles querem tocar o terror. É tudo dessa forma. Está tudo errado. O que eu estou vendo de certo no Estado, são vocês aqui, brigando pelos nossos direitos. Fez essa CPI. Quem sabe através dessa CPI vai haver um acordo, gente, de vocês sentarem com eles, sim, entendeu? E brigar pelos nossos direitos, que ninguém está querendo assaltar; ninguém está querendo matar, ninguém quer tomar nada de ninguém. Nós só queremos ter a dignidade de trabalhar, produzir.

Eu estou falando por todas as 11 reservas, mas eu estou falando também, mais pela Ilha das Flores - que é onde eu tenho minha propriedade e meus vizinhos,

e todos nós estamos sofrendo. Gente, nós estamos sofrendo lá, pior do que cachorro, entendeu? Porque cachorro hoje, tem valor mais do que nós estamos tendo. Cachorro hoje é levado no veterinário, é dado banho, é feito isso e aquilo. Nós, não. O Estado tem vontade, esse negócio dessas reservas, tem vontade de botar a nossa bunda assim ó, dá o pé na nossa bunda e mandar sairmos fora. E não querem pagar nada, não chega em ninguém, sabe? Eu não vejo ninguém querendo pagar nada para ninguém, para ninguém.

Só estou vendo interesse de tomar nossas terras, tudo de mão beijada, sabe? O trabalho de uma vida inteira. Cria umas reservas lá, cria uma, cria outra, cria... onde é que isso vai parar? O Estado vai ter, vocês deputados que estão no Poder, estão para nos defender. Chega uma hora - oh, esse Procurador aqui, eu até queria perguntar para ele, eu não tive a oportunidade, mas quero perguntar, agora. Como é que vai ficar a nossa situação da Ilha das Flores, já que nós não estamos nesse contexto? Eu estou falando aqui, mas todo o meu grupo vai receber essa mensagem.

Então, eu gostaria que vocês vissem como é que vai ficar a nossa situação da Ilha das Flores. O que nós vamos fazer? Qual é a nossa situação? Deputados, pelo amor de Deus! Jesus Cristo, tenha piedade de nós! Lutem por nós, gente! Pelos trabalhadores! Somos nós que botamos a comida, não só para o Estado de Rondônia! Se quem estiver aqui na cidade, ficar aqui esperando comida, e nós lá não produzimos, essa comida vai chegar aqui como? Tanta gente passando fome lá fora!

E agora, nós estamos sendo proibidos de trabalhar no Estado de Rondônia, que nós chegamos aqui - eu vim do Paraná, outro veio de Minas, outro veio de Goiás - todo mundo veio de fora, para trabalhar no Estado de Rondônia. Um Estado desse aqui pode ser um dos Estados pequenos mais ricos, porque olha que Estado bom de plantar, de colher. As terras que eles estão tentando pegar lá, que eles estão querendo tomar na marra e no tapa - porque isso é mais do que um assalto, sabe? Criar uma reserva em cima de uma área de terra que é tudo das pessoas que estão trabalhando lá. São terras produtivas, terras ricas.

O Estado de Rondônia, gente, mesmo os lugares que têm pedra, lugar que é terra ruim, terra que alaga, gente, tudo dá para produzir, se não dá para produzir de um jeito, dá para produzir de outro. Mas agora, eu vejo muito bem, que eles gostam de mexer mais com os mais pequenos, sabe? Apesar de que eu tenho 1.320 alqueires de terra lá. Mas a minha terra não é que nem a terra, vamos dizer, daqui da região. Algumas terras que são terras secas. A nossa terra lá, é terra que alaga no tempo das águas, igual a terra do Pantanal, entendeu?

Mas, quem disse que no Pantanal não se produz gado? Não se produz... alguns casos eles deixam drenar. Se não deixar drenar a nossa terra, a minha que é o caso, que talvez não deixa drenar, mas deixa trabalhar de alguma forma, deixa trabalhar! Deixa a gente... impõe condição, como foi falado aqui, impõe condição

para nós. Tem que fazer isso, tem que fazer aquilo e nós vamos cuidar daquela área e nós vamos proteger aquela área, proteger os animais que têm naquela área.

Eu sou a favor do meio ambiente, gente. Eu sou fã sabe de quem? Do Almir Sater. Eu vejo o programa dele - que ele faz lá no Mato Grosso do Sul, que é área do Pantanal, que ele fala muito de preservar. Lá até a botina ele usa na propriedade dele, ele usa botina "fulano de tal", a roupa tem ...

O SR. DELEGADO LUCAS - Dona Eni, se a senhora puder encaminhar para a conclusão, por favor.

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Sim. Então o seguinte, podia dar direito de nós produzirmos na nossa terra, de ter, ser dono das nossas terras. A gente pede um socorro para vocês e nós agradecemos, em nome das 11 reservas, da Ilha das Flores. Eu agradeço, em nome do Senhor Jesus Cristo, que é o nosso Criador. Muito obrigada, que Deus abençoe vocês.

O SR. ALEX REDANO - O tema aqui, Dona Eni veio aqui para acompanhar a CPI - e é muito bem-vinda aqui. Ilha das Flores não está no tema. Eu estava falando com o Gilmar, da Sedan, existe a possibilidade de transformar em APA. Já ameniza muito o problema. Eu acho que esse encaminhamento, possivelmente será feito. Existe a possibilidade. E é uma área grande, são 89 mil hectares e tem poucas pessoas. Então, dá, é possível encontrar um caminho.

Eu estava conversando aqui com o Matheus, o Bico do Parque não são tantas famílias, não é Hueriqui? E, de repente o governo conseguiria comprar ou arrumar uma outra área para alocar, assentar essas pessoas; também resolveria o problema. Agora, Rio Pardo e Minas Novas a gente precisa encontrar um caminho, precisa encontrar uma solução.

O Deputado Delegado Lucas está aqui presidindo, vai chamar a Tatiane que é do nosso Município de Ariquemes.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Abrir a palavra aqui para senhora Tatiane Araújo, engenheira ambiental Sanitária do Município de Ariquemes, pelo prazo de cinco minutos, e, informo os demais presentes, todos os participantes, que a próxima pessoa será a última a fazer uso da fala.

A SRA. TATIANE ARAÚJO – Boa tarde a todos. Quero aqui agradecer a todos os presentes; cumprimentar a bancada, todos os parlamentares, os deputados, prefeitos e vereadores aqui presentes. Eu me chamo Tatiane Araújo, sou engenheira ambiental e Sanitária do Município de Ariquemes. Presto consultoria ambiental e tenho total conhecimento sobre esse tema, que é de muita importância para o desenvolvimento do Estado de Rondônia.

O que acontece, senhores parlamentares, o que precisa ser feito? É preciso investir na educação ambiental. Na educação e na interpretação ambiental,

para que sejam claras essas formas. O que está sendo feito aqui, passar para a população, porque nem todos têm o conhecimento. É necessário desburocratizar esses processos para que a regularização fundiária seja feita com eficácia, porque é muita demora. As pessoas até querem se regularizar, mas às vezes não conseguem. É muito processo, muita burocracia, que desistem pela metade.

Então, é muito importante estarem atentos a essa forma. Aos servidores, a forma de tratar as pessoas, não é? Tem que ter mais respeito, porque os agricultores, essas pessoas que estão nas reservas, dizendo no termo popular, eles não são bandidos, eles são trabalhadores. E muitas vezes chegam lá e tratam essas pessoas como se fossem bandidos e não são. São pessoas trabalhadoras que estão lá para poder ter suas coisas.

Então, é muito importante estar revendo essa forma. Se precisam de mais profissionais para estar nessas secretarias, que sejam contratadas mais pessoas, com mais eficácia para estar fazendo esses serviços.

E é isso. Eu quero aqui deixar: estou disponível a ajudar nesse assunto, de que eu tenho total conhecimento. Sou consultora ambiental e me presto e me disponibilizo a estar ajudando a resolver essas questões. Meu muito obrigada aqui a todos e que haja mais respeito com os agricultores, porque eles não são bandidos. As pessoas que estão nessas reservas também não o são, e a forma de os servidores chegarem e embargarem é como se eles estivessem, praticamente, roubando ou matando, algo do tipo. E não é assim que funciona.

Que haja uma logística, de modo que haja mais respeito entre ambos, porque, o que faz com que o meio ambiente e o agricultor tenham aquela "encrenquinha", não é, aquela raiva um do outro? É porque os servidores chegam lá, embargam, tratam as pessoas como se fossem bandidos, sendo que não são. A forma de conduzir. Então, tem que haver uma estratégia, uma elaboração estratégica para que isso mude, para que seja feita uma educação ambiental e todos tenham total conhecimento de como são realmente essas leis, de como, realmente, vão ser tratados esses assuntos.

E aqui eu deixo o meu muito obrigada a todos e agradeço.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Parabéns pela fala, nossa Engenheira Ambiental, Tatiane. Obrigado pela colaboração.

E agora, encaminhando para o encerramento dessa reunião, passaremos a palavra ao senhor Tiãozinho, morador da Resex Jaci-Paraná.

O SR. SEBASTIÃO GERALDO FERREIRA (Tiãozinho) – Boa tarde a todos. Cumprimentar, em nome do Deputado Delegado Lucas, toda a Mesa e os deputados que estão aqui, presentes ainda.

Quero parabenizar vocês por essa iniciativa, porque a gente sabe o quanto é difícil viver nessas áreas

de reserva. Eu sou de União Bandeirantes, lá da Resex Jaci-Paraná. A gente está dentro da Resex Jaci-Paraná. E eu quero até me direcionar ao Doutor Matheus, quando ele disse que foi criada a Resex visando aquelas pessoas que estavam lá.

E o que é que acontece? A gente sabe muito bem como foram criadas essas reservas. Essas reservas foram todas criadas mais visando recursos. Naquela época, porque o Estado tinha que criar o zoneamento, criar reservas, porque, senão, perdia o recurso tal. E por isso que foram criadas essas reservas sem fazer estudos. E hoje, é onde o povo padece: nisso aí. Porque aquele povo que está lá na reserva, vocês precisariam conhecer, fazer visita in loco, ver lá, porque lá, porque lá tem só pessoas trabalhadoras, e acabam sendo tratadas como bandidas.

Hoje, a gente vive, União Bandeirantes tem uma população de quase 30 mil habitantes, e muitas vezes falta uma ambulância para carregar quando tem um doente. E as caminhonetes do Ibama não faltam de jeito nenhum. Ficam intimidando as pessoas. A gente vê, passam nas Linhas uma caminhonete do Ibama, mais duas da Força Nacional, mais uma ou duas da Polícia Civil. Isto é um abuso com o trabalhador rural. Porque lá só tem gente que quer trabalhar, que quer produzir, que quer melhorar o Estado. E quando, igual o senhor disse, foi criado visando na parte daqueles extrativistas.

Eu já fiz um desafio, já falei com muitas pessoas, que dentro de Rondônia, se tiver uma área onde se sobrevive de extrativismo, eu queria conhecer para eu sobreviver também. Mas, eu quero é "viver" de extrativismo, não é "mendigar" com o extrativismo. Porque a gente vê... hoje o que acontece? O pecuarista anda de caminhonete, o filho dele consegue estudar, ele anda de caminhonete, ele tem casa boa e tudinho. Como vai viver isso no extrativismo? O que Rondônia tem para as pessoas sobreviverem de extrativismo? Porque, nas nossas matas aí, se você for sobreviver da castanha, você vai cometer um outro crime porque vai ter muito bicho que vai morrer de fome, o bicho que come a castanha, porque nossas castanhas não produzem. Nossa área é diferente do Acre. Aqui na nossa região mesmo, as seringas também não produzem. E outra: não tem preço, não tem para quem você vender isso.

Então, foram criadas essas áreas, a gente sabe que não foi visando ninguém, foi visando recurso, a forma financeira para o Estado. E hoje, como estão os deputados aí, no começo lá foi dito do "crédito de carbono". Olha o que está vindo aí.

Quero que vocês... vocês são nossos representantes. Vocês é que representam o povo. Porque do jeitinho que foi criado o zoneamento, do jeito que foram criadas as reservas, para adquirir recurso, esse "crédito de carbono" vai ser outra coisa. Vai vir aí agora, vocês vão ver, vão querer criar mais reservas para poder conseguir recurso desse "crédito de carbono". Se é uma coisa boa, por que não passa para o agricultor, para a pessoa que está lá preservando? Porque se a gente receber o recurso, a gente, o trabalhador... a

gente trabalha não é só para dormir cansado, não. A gente trabalha porque é o que nós aprendemos a fazer, igual disse o senhor Odilon.

É isso que nós aprendemos a fazer desde lá dos nossos avós, dos nossos pais, e a gente vai passando para os filhos e netos. Esse dever de a gente trabalhar. E se tiver alguém, que você fizer lá, para você preservar lá na sua propriedade, a gente vai aonde desmatou, vai até plantar porque se conseguir provar... igual falamos assim "se você preservar, dá mais do que o gado, dá mais do que a soja". Mas dá mais para quem? Alguém vai ganhar e o meu filho vai passar fome? Isso não é interessante para ninguém.

Sou de acordo com a preservação, mas o que eu vejo é que primeiro tem de preservar é a vida. Adianta eu ficar pensando num futuro, mas o meu filho morre amanhã? Que futuro ele teve? Resolveu o que eu tentar preservar, mas que eu não vou chegar consegui chegar lá nesse futuro?

Então, isto vocês podem ter certeza: naquela área da Resex Jaci-Paraná está cheio de trabalhador. Eu sou da área. Tem o Minas Novas do outro lado lá, e eu sou da área ali de União Bandeirantes. Mas, tanto faz União Bandeirantes como Minas Novas, vocês não vão encontrar bandido lá dentro. Vocês vão encontrar gente trabalhadora, que está lá com aquele intuito de melhorar a situação da sua família — a subsistência da sua família — e melhorar também a questão do Estado.

Quero que veja isso com muito carinho. Cuidado com esse "crédito de carbono" aí. E o seguinte: vamos ver se nós conseguimos levar essas reuniões com mais, que nem dizem, que tenham outras, mas que tenha futuro mesmo; porque, olha, o que tem de reunião que a gente já participou; só para marcar outra, é demais.

Mas, parabéns aos deputados que estão ainda com essa esperança, veem esse futuro no Estado que a gente tem. É por esse caminho aí que nós vamos chegar lá.

Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO - Permitir ao Lucas, que está presidindo aqui, quebrar o protocolo. Não está inscrito, mas eu queria facultar a palavra ao nosso representante do Incra, o nosso amigo Antônio.

O SR. ANTÔNIO HELLER DOS SANTOS FILHO - Boa tarde, Deputado Redano. Agradecer o convite. Cumprimentar as autoridades que ainda estão à Mesa e o pessoal que está até esse horário sem almoço aqui acompanhando essa audiência. Primeiramente, trazer, Deputado, as escusas do nosso Superintendente, infelizmente, ele estava em missão no interior e pediu que a gente viesse o representando nesse momento.

Nós estamos falando de problemas antigos do Estado que vem se arrastando há bastante tempo. Há esse questionamento sobre a dominialidade e a titularidade dessas áreas. A princípio, as três áreas que a gente está discutindo aqui, são áreas que houve a

destinação pela União para suas funções, tanto a área da FLONA (Floresta Nacional), que foi dentro de uma, que eu chamo de permuta, com a compensação do Parque Nacional Mapinguari e da Estação Ecológica Estadual (ESEC) Serra dos Três Irmãos. Foi repassado ao Estado, para se fazer uma Área de Proteção Ambiental, no período das usinas.

A questão da Reserva Jaci-Paraná também, que foi uma área, à princípio, destinada pela União para o Estado de Rondônia para a criação da Reserva e não diferente também do Parque. Que, a despeito das outras reservas, só em Machadinho D'Oeste nós tínhamos 13 reservas que também foram destinadas ao Estado, mas, que quase todas ainda carecem da conclusão dessa destinação, do registro em cartório, do reconhecimento desses limites.

Agora há pouco a gente estava conversando aqui sobre a necessidade do georreferenciamento dessas áreas para se registrar, para mais do que a dominialidade, se ter efetivamente a propriedade.

Então, para não alongar, eu acho assim: eu acompanho o que está sendo discutido aqui na Mesa, a proposta de se criar uma comissão, uma comissão técnica mesmo. E, isso para ontem. E começar a se discutir caso a caso não adianta colocar os "n" problemas do Estado de Rondônia de uma vez só na Mesa. Aqui, a gente tem situações diferentes, as reservas propostas, a criação das 11 reservas é diferente do que houve desses três pontos específicos: que é o Parque, que é a Resex e a APA.

Então, enfrentar isso aqui, entender, sentar um grupo técnico, trazer todos atores e tentar chegar a um consenso do que pode ser resolvido. Não se resolve isso aqui sem concessão. Todos os Poderes vão ter que fazer concessão aqui para se resolver.

Agora, tem que estar os atores responsáveis por isso e, principalmente, a questão dos órgãos de controle, eles têm que estar junto. Porque é muito difícil para o gestor, seja ele de qualquer instância, fazer concessões à lei sem ter a presença dos órgãos de controle para anuir com isso, firmar esses TACs, esses Termos de Ajuste de Conduta para se achar solução.

Então, eu entendo que o encaminhamento realmente seria esse. Montar essas comissões com os órgãos envolvidos. O SPU é fundamental nisso para a gente, porque é responsabilidade, a princípio, como ele colocou como são unidades florestais. Hoje está com SPU, está com o Estado porque foi destinado e a gente tentar construir isso, entender o que efetivamente, como a gente consegue resolver essa demanda. Se a gente colocar dentro de todas essas reservas, realmente, chega a milhares e milhares de agricultores de Rondônia e que precisam de uma resposta do Estado. Mesmo que seja um não, precisa de uma resposta. Não adianta ficar empurrando, empurrando, porque o problema só se agrava. E tentar construir isso.

É nesse sentido, eu agradeço a possibilidades de me manifestar, e dizer que o Incra é parte dessa discussão também, e sendo convocado, com certeza, as

pessoas responsáveis vão participar. Muito Obrigado.

O SR. ALEX REDANO - Antes de passar aqui para o Deputado Delegado Lucas que está presidindo aqui, encerrar, só fazer alguns comentários.

Nós temos que sair daqui já com esse grupo de trabalho, vou deixar mais uma função para o pessoal do Cerimonial e o Doutor Doca também, fazer a condução. Nós temos que estar com os órgãos de controle, o MPF (Ministério Público Federal) não pôde estar presente. Mandou a justificativa e pediu a Ata e o vídeo para eles verem tudo o que foi falado aqui. Eu tenho um bom relacionamento com os órgãos de controle e vamos ver quem é o Promotor do Meio Ambiente, é de Vilhena, não é?

O SR. DELEGAGO LUCAS - Doutor Pablo. **(fora do microfone)**

O SR. ALEX REDANO - Pablo, ele está aqui, não é? Pablo do GAEMA (Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente). Deputado Delegado Lucas, colocar essa responsabilidade de fazer essa tratativa com os órgãos de controle, e alguns encaminhamentos. Estava conversando aqui com o Matheus, com o Gilmar, é possível criar APA, Soldado da Borracha. Bico do Parque, Renan Maldonado, é uma área pequena. De repente, pode até, se não tiver como, por ali ser uma área muito próxima de indígenas e tudo, de repente conseguir outra área. São quantas famílias hoje? São 110 famílias.

O SR. SEBASTIÃO GERALDO FERREIRA (Tiãozinho) – Trabalha mais fácil localizar quem está lá (...) Mas nós vamos comprar onde, em Rondônia, (...) terra sobrando? Não tem como ... **(falas ininteligíveis fora do microfone)**.

O SR. ALEX REDANO - O problema, o Gilmar estava falando, a localidade ali... Se tiver como ficar... Essas 100 pessoas estão, está totalmente antropizado, não é? Não tem mais mato, não tem mais nada. O que é complicado é onde não está antropizado. Se estiver antropizado a pessoa está... De 2008 para trás, não é? E eu acho que onde está antropizado, eu acho que é mais fácil arrumar solução.

Agora, onde está intacto é muito difícil discutir, hoje nós sabemos que é difícil. Mas, vamos fazer esse grupo e vamos fazer as tratativas. Eu creio que essa CPI vai ajudar muito. Vamos avançar muito. Eu não posso dar spoiler aqui, mas eu estava conversando com o Gilmar, o nosso projeto é justamente trazer as empresas de crédito de carbono e que paguem. Se o resto do mundo quer a floresta em pé, que pague; mas que pague para a população.

Então, esse eu acho que vai ser o futuro, o "x" da questão. E assim, tem uma matemática, não sei se o Gilmar sabe explicar essa matemática? Ou o Doca? Qual o resultado financeiro por hectare? Mas assim, rende muito. Rende muito.

O SR. SEBASTIÃO GERALDO FERREIRA (Tiãozinho) – Mas que isso sobre para nós! **(fora do microfone)**

O SR. ALEX REDANO - Só que isso tem que ir para o produtor, que está lá preservando a sua mata. Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES – Essa comissão que a gente vai fazer, a gente tem que cuidar bastante para dar o direito adquirido de quem está há tantos anos, mesmo que a área não seja uma área que esteja... Porque o Estado está querendo, a União e os órgãos de controle forçando em cima de quem está lá, é porque ele não tem direito a nada, nem dos bens que ele construiu no decorrer da vida dele.

Você chega em uma propriedade dessas, tem curral de primeira, tem pastagem, tem gado com a genética muito avançada. É gente que trabalhou de verdade, que agarrou as coisas deles e tudo que eles têm aquilo ali. Então, nesse debate, que a gente vai levar para essa mesa redonda, essas garantias de quem está lá, Deputado Alex Redano, a gente tem que ter esse cuidado para preservar, e na CPI também, onde a gente vai trabalhar esse tema. Porque, hoje, o que está acontecendo? "Ah você sai daí e pronto, desocupa". E vai cortando tudo que você tem lá, corta a cerca, destrói tudo, como se a pessoa... Ali tem uma história de família, como os depoimentos que a gente ouviu aqui, você entendeu? Tirando, está matando as pessoas sem matar ela, como o Odilon falou, você está matando a esperança.

Então, quem somos nós? Nós somos o povo do Estado de Rondônia. Nós vivemos aqui. É lógico que tem gente que aproveita o momento que está tratando esse assunto, que sempre foi o problema maior e começa a desmatar mais, a criar mais problema. Por isso que há dificuldade de resolver.

Tem que estancar, resolver realmente. Porque nós temos que ser muito honestos, do que ficar aqui só fazendo politicagem e levando todo mundo na conversa, como vem toda a vida. Nós temos que aproveitar esse momento. Esse ano é um ano que não é um ano político. É um ano de tomar decisões sérias. Por isso que a gente encampou, já, nesse problema do meio ambiente, porque no futuro próximo a gente pode travar o Estado e todos vão ser prejudicados.

Hoje para sustentar o Estado tem que ter arrecadação. E se nós matarmos a galinha de ovos de ouro, que é o produtor, porque Rondônia não tem grandes indústrias. A grande indústria de Rondônia é o quê? A produção rural, Deputado Delegado Lucas. Nós sabemos disso. Nós viemos lá da base, fomos eleitos pelas pessoas que estão lá pedindo socorro. Então, essa situação tem que ser tratada com muita seriedade para, como foi falado aqui, agora há pouco, se for para falar "sim", sim; se falar "não", não; mas resolver. Nós temos que dar um basta nesse empurra-empurra. Fica todo mundo em uma situação constrangedora. É

um órgão fiscalizando outro; o outro, os mesmos órgãos do Estado, não é? Um órgão vai lá e coloca, incentiva o povo, tem que colocar o transporte escolar, tem que colocar escola, tem que colocar energia; e o outro órgão vai na contramão. Um órgão dá autorização para o Idaron, dá autorização para criar o gado lá, para a pessoa comercializar; e assim vai. As pessoas vão construindo a sua história, adquirindo seus bens, suas propriedades. Então nós temos que estancar essa sangria. Eu acho que o momento é oportuno para a gente tratar essa matéria das reservas do Estado de Rondônia, essas áreas que estão nessa situação, meio definitivo, porque senão o nosso Estado nunca vai ser um Estado que vai ter uma segurança jurídica, uma garantia de que a pessoa está produzindo e ele vai ser dono do que é dele.

Aí você vai ficar nesse impasse toda vida perdendo seu tempo, seus filhos perdendo tempo, e todo mundo está ali vivendo, envolvido, daqui a pouco a vida passa, o que você vai deixar de herança? Você trabalhou tanto na sua vida, o que você vai deixar para os seus filhos, netos, para o futuro desse Estado, que é tão promissor? Mas, temos que cuidar dessa parte aí. É um tema difícil de ser tratado, mas tem que ser encarado de frente, sem meios-termos, e decidir o futuro do povo de Rondônia.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Parabéns, Deputado Pedro Fernandes, por sua fala, muito pontual. Ratifico vossas palavras.

Agradeço a todas as autoridades aqui comendo a Mesa por terem participado. Agradeço sobremaneira também a todos aqueles que vieram hoje prestigiar essa audiência, que puderam colaborar aqui com os seus depoimentos. Agradeço aos servidores de todos os órgãos, a Sedam, Sepat, todos os demais órgãos aqui representados. Agradeço aos advogados e agradeço aos produtores que estiveram aqui até o final. A CPI...

O SR. ALEX REDANO – Será dia 03 de maio, às 15 horas.

O SR. DELEGADO LUCAS (Presidente) – Declaro encerrada esta Reunião.

(Encerra-se esta Reunião às 14 horas e 30 minutos)

ADVOCACIA-GERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2023

Processo Eletrônico nº 35459/2022-e

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Contratada: TK ELEVADORES BRASIL LTDA.

OBJETO: O presente instrumento tem como objeto a contratação de empresa especializada em prestar serviços de atualização tecnológica nos seis (06) elevadores da marca TK Elevador instalados no Edifício-Sede da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. A referida contratação, além de mão de obra especializada, inclui também o fornecimento de componentes, acessórios e software de controle e gerenciamento de tráfego dos elevadores.

DO VALOR DA CONTRATAÇÃO: 8.1. O valor total do presente Contrato é de R\$ 992.835,96 (novecentos e noventa e dois mil, oitocentos e trinta e cinco reais e noventa e seis centavos).

8.1.1. O valor total do presente Contrato é composto de custo de implantação do sistema de antecipação de chamada e destino para todos os 6 (seis) elevadores, no montante de R\$ 965.133,29 (novecentos e sessenta e cinco mil, cento e trinta e três reais e vinte e nove centavos), bem como custo de implantação do software destinado ao gerenciamento de tráfego e funcionamento para todos os 6 (seis) elevadores, no montante de R\$ 27.702,67 (vinte e sete mil, setecentos e dois reais e sessenta e sete centavos).

8.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 9.1. As despesas decorrentes da contratação correrão às expensas dos recursos consignados no Orçamento da Assembleia Legislativa de Rondônia para o exercício de 2023, na seguinte classificação orçamentária:

Programa de Trabalho: 01.122.1006.2406.240601
Fonte de Recurso: 1.5.01.000001
Natureza da Despesa: 44.90.51.92
Nota de Empenho: 2023NE000120, emitida em 26/01/2023, no valor de R\$ 992.835,96 (novecentos e noventa e dois mil, oitocentos e trinta e cinco reais e noventa e seis centavos).
9.2. Poderá haver posteriores emissão de complementação ou de novo empenho a fim de dar cobertura da despesa autorizada.

DOS PRAZOS: 12.2. A Contratada terá 30 (trinta) dias consecutivos para iniciar a execução do contrato, contados do recebimento da Ordem de Serviços, sendo que, após o início dos serviços, o prazo para finalização da obra será de 10 (dez) meses corridos.

DO FORO: 16.1. Fica eleito, de comum acordo, o foro do Município de Porto Velho/RO para dirimir quaisquer questões contratuais ou casos omissos.

16.2. Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente contrato, o qual depois e lido e achado conforme vai devidamente assinado pelas partes contratantes, e com vista do Sr. Advogado Geral desta Casa de Leis, impresso em 3 (três) vias de igual teor e registrados às fls. 04 do livro de Registros e Contratos da Advocacia Geral da ALE/RO.

Porto Velho, 03 de abril de 2023

TK ELEVADORES BRASIL LTDA
SALES SATOSHI OKUBO JUNIOR
Representante Legal
CONTRATADA

TK ELEVADORES BRASIL LTDA
GLAUBIA PAES SALLES
Representante Legal
CONTRATADA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA
ROGER ANDRÉ FERNANDES
Secretário-Geral – ALE/RO
CONTRATANTE

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº2515/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, e, conforme o memorando 175/SSI/2023.

RESOLVE:

RETIFICAR o ATO Nº0236/2023-SRH/SG/ALE, de 20 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 11 em 20/01/2023, que exonerou o servidor **ALBERTO JORGE VALLE**.

ONDE SE LÊ: a contar de 01 de janeiro de 2023.

LEIA-SE: a contar de 28 de fevereiro de 2023.

Porto Velho, 26 de abril de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº2516/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, e, conforme o memorando 149/SSI/2023.

RESOLVE:

RETIFICAR o ATO Nº2391/2023-SRH/SG/ALE, de 14 de abril de 2023, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 65 em 17/04/2023, que nomeou o servidor **ALISSON JOSE PINHEIRO TOURINHO**.

ONDE SE LÊ: a contar de 03 de abril de 2023.

LEIA-SE: a contar de 16 de março de 2023.

Porto Velho, 26 de abril de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº2498/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, e, conforme o memorando nº 176/SSI/2023.

RESOLVE:

RETIFICAR o ATO Nº0236/2023-SRH/SG/ALE, de 20 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 11 em 20/01/2023, que exonerou o servidor **DANIEL LAMARÃO ALVES**.

ONDE SE LÊ: a contar de 01 de janeiro de 2023.

LEIA-SE: a contar de 28 de fevereiro de 2023.

Porto Velho, 25 de abril de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº2504/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, e, conforme o memorando 181/SSI/2023.

RESOLVE:

RETIFICAR o ATO Nº0345/2023-SRH/SG/ALE, de 27 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 16 em 30/01/2023, que exonerou o servidor **DOUGLASS GUIRADO SUCKOW BARBOSA**.

ONDE SE LÊ: a contar de 31 de janeiro de 2023.

LEIA-SE: a contar de 12 de março de 2023.

Porto Velho, 25 de abril de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº2503/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, e, conforme o memorando 193/SSI/2023.

RESOLVE:

RETIFICAR o ATO Nº2050/2023-SRH/SG/ALE, de 20 de março de 2023, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 48 em 21/03/2023, que nomeou o servidor **GLEISON CARVALHO DA ROCHA**.

ONDE SE LÊ: a contar de 01 de março de 2023.

LEIA-SE: a contar de 01 de fevereiro de 2023.

Porto Velho, 26 de abril de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº2514/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

LOTAR

A servidora **JACQUELINY BORGES DE LOURDES**, matrícula nº 1002323, ocupante do Cargo de Professor, pertencente ao Quadro de Pessoal do Município de Porto Velho/RO, no Departamento de Cerimonial, a contar de 01 de abril de 2023.

Porto Velho, 26 de abril de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº2505/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, e, conforme o memorando 182/SSI/2023.

RESOLVE:

RETIFICAR o ATO Nº0345/2023-SRH/SG/ALE, de 27 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 16 em 30/01/2023, que exonerou o servidor **JADSON ANDRE CRUZ MELO**.

ONDE SE LÊ: a contar de 31 de janeiro de 2023.

LEIA-SE: a contar de 12 de março de 2023.

Porto Velho, 25 de abril de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº2501/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, e, conforme o memorando 179/SSI/2023.

RESOLVE:

RETIFICAR o ATO Nº0236/2023-SRH/SG/ALE, de 20 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 11 em 20/01/2023, que exonerou o servidor **JOSE AUGUSTO PEREIRA SANTANA**.

ONDE SE LÊ: a contar de 01 de janeiro de 2023.

LEIA-SE: a contar de 28 de fevereiro de 2023.

Porto Velho, 25 de abril de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº2502/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, e, conforme o memorando 180/SSI/2023.

RESOLVE:

RETIFICAR o ATO Nº0345/2023-SRH/SG/ALE, de 27 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 16 em 30/01/2023, que exonerou o servidor **PEDRO BASILIO DE SOUZA JUNIOR**.

ONDE SE LÊ: a contar de 31 de janeiro de 2023.

LEIA-SE: a contar de 12 de março de 2023.

Porto Velho, 25 de abril de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº2499/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, e, conforme o memorando 177/SSI/2023.

RESOLVE:

RETIFICAR o ATO Nº0236/2023-SRH/SG/ALE, de 20 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 11 em 20/01/2023, que exonerou o servidor **ROZENILSON GUIMARAES SALES**.

ONDE SE LÊ: a contar de 01 de janeiro de 2023.

LEIA-SE: a contar de 28 de fevereiro de 2023.

Porto Velho, 25 de abril de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº2500/2023-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, e, conforme o memorando 178/SSI/2023.

RESOLVE:

RETIFICAR o ATO Nº0236/2023-SRH/SG/ALE, de 20 de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 11 em 20/01/2023, que exonerou o servidor **TERESLENO DE SOUZA FERREIRA**.

ONDE SE LÊ: a contar de 01 de janeiro de 2023.

LEIA-SE: a contar de 28 de fevereiro de 2023.

Porto Velho, 25 de abril de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 274/2023-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias, no período de 23/04/2023 a 27/04/2023, ao servidor relacionado que, via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Ariquemes/RO, foi fazer visita técnica aos assessores para dar treinamento nas áreas de mídia, marketing e organização cultural; além de acompanhar os trabalhos de um psicólogo na aplicação de testes e atendimentos individuais, conforme Processo nº 20740/2023-e.

Matrícula	200174346
Nome	Allan Loeschner Paulo
Cargo	Assessor Parlamentar
Lotação	Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 26 de Abril de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário-Geral ALE/RO

ATO Nº 275/2023-SRH/D/SG/ALE

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, bem como o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias, no período de 26/04/2023 a 30/04/2023, ao servidor relacionado que irá via transporte terrestre de: Porto Velho/RO aos municípios de São Francisco do Guaporé/RO e Costa Marques/

RO, acompanhar o Chefe de Gabinete Gilmaro Moura Ferreira, assessorando nas visitas, conforme processo eletrônico nº 20898/2023-e.

Matrícula 200172625
Nome Michel Clementino de Souza
Cargo Assessor de Segurança
Lotação Sec. de Seg. Instit.

Porto Velho - RO, 26 de Abril de 2023.

ROGER ANDRE FERNANDES
Secretário-Geral ALE/RO

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**ERRATA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Trata a presente Errata da correção das Atas de Registro de Preços nºs 015 e 018/2022, decorrente do Pregão Eletrônico nº PE020/2022/PPP/ALE/RO, publicadas no D.O - e ALE/RO nº 225, de 16/12/2022, págs. 66 e 69, a saber:

Onde se lê:	Leia-se:
ACF MOREIRA - ME, inscrita no CNPJ nº 04.410.553/0001-27	ACF MOREIRA - ME, inscrita no CNPJ nº 14.410.553/0001-27
MORENO E MARTINHAGO LTDA CNPJ: 43.864.444/0001-31	MORENO E MARTINHAGO LTDA, inscrita no CNPJ nº 43.867.444/0001-31

Porto Velho/RO, 26 de abril de 2023.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro CPP/ALE/RO